

Revista Militar

2.^a ÉPOCA

FUSÃO da Revista Militar, Revista do Exército e da Armada
Revista da Administração Militar e Portugal Militar



DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

9 — Largo da Anunciada — 9

TIP. DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS

Rua do Diario de Noticias, 78

LISBOA

Cargos para 1922



MESA DA ASSEMBLEA GERAL

PRESIDENTE

General Fernando Larcher

VICE-PRESIDENTE

Coronel José Joaquim Mendes Leal

SECRETARIOS

Major Henrique Linhares de Lima
Capitão Julio José Domingues

DIRECÇÃO

PRESIDENTE

General José Estevão de Moraes Sarmento

VOGAIS EFECTIVOS

General José Cesar Ferreira Gil
Coronel Victoriano José Cesar
Coronel Frederico Oom
Coronel Luis A. Ferreira Martins
Tenente-coronel Julio Ernesto de Moraes Sarmento
Tenente-coronel Raul Augusto Esteves
Capitão-tenente Alfredo Botelho de Sousa
Major Alberto David Branquinho

SECRETARIO

Tenente-coronel Luis de Mello e Athayde

VOGAIS SUPLENTES

Capitão de mar e guerra Augusto Ramos da Costa
Coronel Guilherme de Campos Gonzaga
Major Luciano José Cordeiro

CONSELHO FISCAL

VOGAIS EFECTIVOS

General João Martins de Carvalho
Coronel Luis Augusto Pacheco Simões
Capitão Manoel da Costa Dias

VOGAL SUPLENTE

Tenente-coronel Afonso H. Lopes de Macedo

Empresa da REVISTA MILITAR

SOCIO HONORÁRIO

José Augusto Alves Roçadas

General

SOCIOS EFECTIVOS

Francisco J. Ferreira do Amaral Vice-almirante	João Baptista da Rocha Grillo Coronel
Domingos José Correia General de divisão	Artur Ivens Ferraz Cor. de art. e do serv. do est. maior
José Estevão de Moraes Sarmiento General de divisão	Luis A. Ferreira Martins Cor. de art. e do serv. do est. maior
Alfredo de A. Lopes de Macedo General de brigada	Eduardo Alfredo de Araujo Barbosa Coronel de infantaria
João Martins de Carvalho General	Fernando Augusto Freiria Cor. de art. e do serv. do est. maior
Fernando Larcher General	Luis de Mello e Athayde Tenente-coronel de infantaria
José Cesar Ferreira Gil General	Afonso H. Lopes de Macedo Tenente-coronel
Adriano A. Madureira Beça General	Julio Ernesto de Moraes Sarmiento Tent. cor. de cav. e do serv. do est. maior
Augusto Ramos da Costa Capitão de mar e guerra	Raul Augusto Esteves Tenente coronel de engenharia
Victorino Gomes da Costa Capitão de mar e guerra	Henrique S. Lopes Pires Monteiro Tenente-cor. do serviço do est. maior e major de inf.
Luis Antonio Alves Leitão Coronel	Joaquim A. da Matta e Oliveira Capitão de fragata
José Joaquim de Castro Coronel	Alfredo Botelho de Sousa Capitão-tenente da Armada
Alexandre José Sarsfield Coronel	D. Antonio José de Mello Major
Victoriano José Cesar Coronel do serviço do est. maior	Luciano José Cordeiro Major de artilharia
José Joaquim Mendes Leal Coronel	Fernando P. da Motta Marques Major de artilharia
Frederico Oom Coronel de engenharia	Alberto David Branquinho Major de adm. militar
Luis Henrique Pacheco Simões Coronel	Henrique Linhares de Lima Major de adm. militar
Guilherme de Campos Gonzaga Coronel	Manoel da Costa Dias Capitão de adm. militar
Francisco Xavier Corrêa Mendes Coronel	David José Gonçalves Magno Capitão de infantaria
José Justino Teixeira Botelho Coronel de artilharia	Julio José Domingues Capitão de infantaria
Luis Antonio de Vasconcellos Dias Coronel de adm. militar	

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

OF THE

AMERICAN PEOPLE

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 1

Janeiro de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

Alerta pela Defesa Nacional!

Avec l'évolution actuelle du monde les peuples trop faibles pour se défendre semblent condamnés à *bientôt* disparaître.

G. Le Bon. *Psychologie des temps nouveaux*. 1.ère ed. — 1920.

Narra a historia, que Catão o Antigo terminava sempre os seus discursos, emquanto a existência de Cartago constituiu para Roma forte ameaça á sua existência e prosperidade, pelas seguintes palavras: *Cæterum censeo Carthaginem esse delundam*. Fosse qual fosse o assunto versado no discurso, que pronunçára, Catão julgava ser um dever patriótico recordar aos seus concidadãos, que Cartago deveria ser destruida, sem o que a resistência nacional estaria gravemente ameaçada. Os factos vieram a demonstrar, que Catão tinha a segura previsão do futuro.

Nem pela austeridade do character, nem pela eloquência do verbo, nem pela agudeza do espirito, nem por qualquer outro dos predicados, que tornaram afamado através dos séculos o famoso árbitro do conflito africano, surgido entre Masinissa e Cartago, pretendo assemelhar-me, sequer, a êle, mas não seria sincero se negasse a admiração que voto ao grande patriota, que collocava a grandeza do seu país sobranceira a qualquer outra aspiração, e que, com êsse único fim, instigava incessantemente os compatriotas, a que collocassem Roma em circunstâncias de jamais poder ser sacrificada ás ambições dos audaciosos e rivais cartagineses.

Na modesta seqüência da minha já não curta vida, tenho procurado collocar-me em situação de coerência análoga á que

animou aquele famoso romano, porquanto todos podem provar nos meus actos e escritos a tenacidade com que, desde os longiquos tempos de mocidade, e em todas as situações a que os acasos da sorte me teem arremessado, eu tenho propugnado pela organização da defesa nacional, por modo a assegurar nas mais sólidas bases a integridade da patria. Tenho sempre sustentado que, mais do que a povo algum, corre ao nosso o dever de não esquecer o célebre aforismo *Si vis pacem para bellum*, porque a urgência e oportunidade da execução da doutrina derivada dêste aforismo romano cresce na razão inversa da extensão do território e da riqueza nacional de cada povo.

Quando os generosos, mas devaniadores, propagandistas das opiniões pacifistas afirmavam por toda a parte, e nas mais altiloquas vozes, que estava assegurada a paz universal; quando os socialistas mais esclarecidos e ardentes certificavam a impossibilidade da guerra, porque, ao ser esta declarada, todo o povo operario, de que se julgavam apóstolos, responderia a tal repto com a grêve universal; quando as chancelarias das grandes potências multiplicavam a troca de terminantes declarações, que faziam crêr estarem resolvidas todas as causas de perturbação internacional, publicava eu nas colunas dêste mesmo jornal uma não pequena serie de artigos, nos quais procurava demonstrar a inanidade de todas essas afirmações, repetindo sempre, que não seria em nossos dias que os factos demonstrariam a falsidade da doutrina, derivada da lei natural, que reconhece ser a guerra a história dos homens e a paz o sonho dos sabios.

Mas o teórico e devaniador, então, era eu. Os praticos, os que proclamavam a sã doutrina eram os que, por aquelas e outras afirmativas, deligenciavam embalar os espiritos de seus compatriotas em sonhos fagueiros, mas absolutamente falazes. E não só falazes, mas terrivelmente perigosos, porque foi a falta absoluta de preparação militar, devida áquela propaganda, que tornou a guerra finda mais longa, mais sangüinária e mais selvatica, como hoje reconhecem conspicias autoridades.

Foram necessarios longos esforços de adaptação, esforços gigantescos e violentos, não sómente materiais mas espirituais, para conseguir que os lutadores se apropinquassem

para fazer face á medonha catastrophe, que ameaçava aniquila-los. A Inglaterra levou cerca de dois anos para completar a organização de um poder militar terrestre, capaz de se poder medir nos campos de batalha com o alemão. A America, por mais célere que houvesse sido em se apresentar no teatro da luta europeia, levou igualmente longos meses para nelê afirmar a sua indomavel energia. E ambas essas nacionalidades, tão ávidas de confortos e independência, souberam modificar as suas condições psiquicas, apropriando-as ás contrariedades e deficiências da guerra e submetendo-se docilmente ás imposições do espirito de obediência.

Mas a explosão do terrível conflito, com a plena demonstração da falsidade das doutrinas evangelizadas, não bastou para emudecer as vozes dos impenitentes pacifistas. Não podendo negar a evidência dos factos, passaram a proclamar que a hecatombe formidável, que o mundo presenciava absorto, era a última coalisão de povos a que era dado á humanidade assistir. E nesta nova propaganda, tão falsa como a precedente, eram tais heresiarcas apoiados até por determinados governos, quando afirmavam a indispensabilidade de aniquilar inteiramente os adversários, para que de tal exterminio pudesse surgir a suspirada e perene harmonia universal.

Quando uma tal doutrina adquiria fóros de cidade, atrevi-me eu ainda a contraria-la, inspirado no dever, que me assistia, de falar a verdade aos centenares de mancebos, que então estavam a ser preparados na escola sob o meu comando, para seguirem para os campos de batalha a defender com a própria honra os brios nacionais. Perante o venerando chefe do estado, em face dos esclarecidos membros do governo que, com a sua presença, procuravam em dado momento honrar aquele fóco do mais são, levantado e generoso patriotismo, em modestas, mas sinceras palavras, que neste mesmo jornal foram depois reproduzidas, eu neguei ousadamente a verdade de tal asserção, procurando demonstrar a exactidão da doutrina proclamada pelos mais auctorizados filosofos, a qual consiste na afirmação de que o espirito de combatividade rege todo o mundo animal, e que, portanto, errôneas e prejudiciais são as teorias opostas.

A vida, sustentei então, era a luta em todos os campos,

e nas varias situações de todos os momentos da existência. Para ela se deviam preparar, por isso, todos os que me escutavam, mas designadamente a valorosa mocidade, á qual competia no momento occorrente representar ousadamente a nossa belicosa raça, que só nos momentos de absoluta decadência havia deixado de demonstrar correr-lhe nas veias o sangue dos ancestrais, que jámais contaram o numero dos adversários, antes de com eles medirem as próprias forças, ou meditaram nas dificuldades a vencer para manter livre o torrão patrio, que livre haviam recebido de seus progenitores.

Não sei qual o acolhimento que as minhas palavras receberam no fôro intimo dos que me escutavam, mas sei que a minha consciência ainda hoje me aplaude por haver procurado insuflar no animo dos mancebos, cuja educação militar me cumpria dirigir, não conceitos efeminados e falsos, mas afirmações másculas, cuja verdade ficou contraprovada, não só por tudo quanto depois occorreu, mas ainda persiste nas relações internacionais, desde que a paz foi assinada em Versailles.

«Seria aquela a última guerra a que os contemporâneos assistiriam e que não mais seria renovada.» Na própria hora do triunfo decisivo assim o proclamavam os vencedores em linguagem altisonante e impregnada dos demais attributos, que fazem crêr na sinceridade dos que a ela recorrem.

Novamente saí então a campo para combater tão perigosa asserção. Nas paginas de um livro, a que o favor publico deu o melhor acolhimento ¹, escrevi eu também firmemente:

«Não. Deixemos de embalar quimeras, embora generosas, porque elas apenas constituem mentiras convencionais, as quais, por serem velhas como o mundo, a evidencia dos factos, robustecida pela sciência, de ha muito devia ter sepultado no esquecimento. A vida não será jámais a paz eterna, porque esta só começa, para cada sêr vivo, no mo-

¹ General Moraes Sarmiento. *A Expansão alemã causa determinante da guerra de 1914-1918. Suas tentativas e perigos na Africa Portuguesa.* Lisboa 1919.

mento em que êle é definitivamente vencido e entregue á terra, donde provém a sua origem.

«Existir é lutar; viver é vencer. Emquanto a biologia representar a fiel descrição das leis naturais, que regem a constituição dos seres vivos, o Pacifismo não logrará outra demonstração, que não seja a da inconveniência da sua falaz propaganda. Aos efeitos desta deveram as nações aliadas, não só o adormecimento dos seus dotes virís, que lhes fez outrora conquistar a preponderância mundial, e que só os mais terribes perigos e atrozes sofrimentos agora conseguiu despertar, mas o descuido da sua organização militar, que foi traduzido na perda de milhões de vidas e de capitais tão assombrosos que, em face deles, bem mesquinhos se deveriam considerar os resultantes da sua devida e oportuna preparação para a guerra».

O que eu não aventei, no momento em que escrevia as procedentes linhas, foi que, menos de dois anos decorridos, a doutrina exposta seria inteiramente confirmada, não só por irreductiveis rivalidades entre os proprios povos outrora aliados, mas pela conceituosa e autorizada palavra de um eminente filosofo, que examinando fria e serenamente a lição derivada de quanto tem decorrido, desde a assinatura em Versailles do tratado da paz geral, não duvidou assegurar, haver sido êste mesmo pacto a mais grave origem das profundas decepções que experimentaram, durante as longas negociações que o precederam, todos os signatarios dêsse famoso documento, decepções que constituem outras tantas causas de agravo, que fatalmente terão de ser dirimidas, no futuro, em terriveis lutas armadas, de não menor tomo, gravidade e selvajeria do que as sucedidas na guerra, que vai finda.

Efectivamente, ainda a Conferência, que elaborou aquella convenção, não havia terminado tal trabalho, e já a maior parte dos povos da Europa oriental se lançavam nos campos de batalha, em luta cruel uns contra os outros, sem prestar a menor consideração aos conselhos e estimulos, que partiam das chancelarias representadas naquele tribunal, quando não dêste proprio. Assim se viam os Tchecos agredindo descaróavelmente os Polacos, na Silesia; os Polacos defendendo-se ali e atacando ferozmente os Ucrânicos, na Galicia; os Romenos

batendo desalmadamente os Ucrânios na Bukovina, e o mesmo executando os Yugo-Slavos contra o Banai.

O tratado de paz de Versailles pôde dizer-se que foi proclamado perante êsse novo mar de sangue. E, desde a data da sua proclamação até ao presente, parece que cada dia surgem nas varias regiões mundiais novas causas de agravos, propulsores de futuros e terríveis conflitos armados.

Que é feito das celeberrimas afirmativas que, pela voz do Presidente Wilson, davam o direito e a justiça planando nas regiões supremas do internacionalismo, e regulando com perfeita equidade todas as divergências dos povos? Não estará ainda hoje reconhecido, sem sombras de dúvida, ser a luta de interesses, que não os preceitos jurídicos, quem preside á resolução dos assuntos de ordem internacional?

A voz de Lloyd George, quando afirmava ao mundo, com a desapareição do militarismo, a segurança da paz universal e das relações internacionais fundadas na justiça e na protecção dos fracos, tem tido, por ventura, maior consagração do que a palavra do representante supremo da democracia americana?

Não será verdade incontestavel que a própria Inglaterra tem imposto a sua ferrea vontade aos próprios aliados, seguidamente á guerra, quer guardando para ela exclusivamente todas as antigas colonias alemãs, e proclamando o seu protectorado, designadamente sobre o Egito, a Palestina, a Persia e a Mesopotamia, assegurando ao mesmo tempo o seu dominio indirecto no mar Báltico e no mar Mediterrâneo, por meio de guarnições inglesas, instaladas em Dantzig e Constantinopla?

Não foi ainda por uma imposição formal da sua vontade, que a referida potência se tem oposto ás mais notaveis reivindicações da própria França, pelo que toca á desejada circumscripção territorial, deixando suspensa durante quinze anos a resolução da posse definitiva de uma afamada região carbonífera, que será então para a Alemanha e França outra Alsacia-Lorena?

A guerra por causa da hegemonia no Pacifico não constituirá, por ventura, um facto inevitavel no futuro, apesar da quádrupla *entente*, recentemente estabelecida (11 de novembro a 13 de dezembro) para a evitar, e negociada na conferência de Washington?

Não foi o senador americano Lodge, representante dos Estados Unidos nesses acordos, o próprio que, ao terminar dêstes, declarou que — apenas se havia feito *uma grande experiência* com o pacto realizado, sendo indispensavel que os homens e mulheres de todos os paises se propuzessem agora ajudar a leva-la a bom termo?

Não foi com identicas palavras — *uma grande experiência*, — que o delegado da Belgica na conferência da Paz, realizada em Paris em abril de 1919, classificou o pacto da sociedade das Nações, quando o presidente dos Estados Unidos, que então era Wilson, acabou de o ler? E o que vale de positivo na actualidade essa convenção, com que se pretendeu iludir as almas ingénuas, que crêram na sua eficácia?

Como todas as experiências da mesma natureza, a elaboração da quadrupla *entente* nada mais revelará do que a inconsistência das concepções humanas, ainda as mais generosas, que apenas se mantêm e florescem emquanto as circunstâncias lhes são propicias e o espirito combativo se não desenvolve. Quando êste surge, não ha tratados, convenções ou pactos que resistam.

Disse um escritor espanhol no decurso da ultima guerra: — “El antigo proverbio “Si uno no quiere, dos no rinem” se ha corrigido en los ultimos tiempos. Nunca faltan a uno razones cuando quiere pelear, y todas las que puede sugerir la dialéctica son ineficaces para disuadir a los dos, cuando están resueltos a agredirse.”

Esta doutrina é que constitue verdadeiramente o coeficiente de correcção da lei natural, que prescreve a existência do espirito de combatividade em todos os seres animais, salvo quando o poder dêstes se afigura equilibrado entre os elementos rivais. Quando o desequilibrio, porém, é evidente, a destruição dos mais fracos pelos mais fortes só aguarda o momento propicio para a peleja se encetar com o menor número de inconvenientes, para cada contendor.

A celebração da quádrupla *entente* do Pacifico é um novo exemplo, que sómente servirá, no futuro, para demonstrar que o homem carece de resistência para se evadir á imposição da referida lei da combatividade. Hoje, quando os pactuantes estão sentindo duramente as conseqüências da última guerra, foi relativamente fácil entenderem-se uns com os outros, e

limitarem as suas, aliás indeclináveis, ambições ao domínio naquêle Oceano.

E o Japão facilmente aceitou o acôrdo proposto, por dois motivos imperiosos. O principal, porque ainda se não sentia com o poder marítimo suficiente para poder defrontar-se isolado com o dos Estados Unidos, visto como a aliança anglo-niponica existente não comprometia a Inglaterra a tomar parte em tal conflito. O segundo, porque o acôrdo de Washington lhe permite não cercear a cobiçada expansão na Asia. Assim, o Imperio insular do mikado não terá impedimentos, durante os dez anos, que durará o tratado agora firmado, no propósito, que alimenta, de distribuir por certas regiões asiaticas o excesso da sua população, que se dirigia preferentemente, até há pouco, para os Estados Unidos, expansão esta que encontrou acentuadas resistências na Grande República.

Efectivamente, êsse alastramento da raça nipónica encontrará toda a facilidade de desenvolvimento na Coreia, na Mandchuria e na Siberia, preparando por tal modo a execução da idea concebida de longa data pelos japoneses de firmarem solidamente o pé no continente asiático, para então estender nêle colossalmente o seu domínio.

Não nos iludamos. No espirito do povo nipónico entrou a convicção, como vimos succeder no germânico, de que lhe estava reservada uma grande missão nos destinos da humanidade, e já não será fácil destruir tão arraizada crença. Essa concepção é tanto mais poderosa, quanto que a ilusão mística a alimenta e desenvolve.

O exemplo que está dando a Alemanha é flagrante.

Nem sequer a colossal derrota, que sofreu, conseguiu exterminar no respectivo povo as ambições de conquista da hegemonia universal. Apesar da sua desventura, nas subidas esferas intellectuais, como nas humildes camadas populares, não findou ainda o convencimento de que a raça germânica foi destinada por uma fôrça superior, ou esta represente simplesmente o inexoravel destino, ou tenha natureza divina, para fazer mudar radicalmente as circunstâncias da vida dos povos. É, por tal motivo, que a França recusa firmemente a desarmar-se, e que, na Inglaterra, os mais autorizados órgãos da opinião revelam, sem cessar: como os alemães vencidos, continuam a manter encobertamente grandes fôrças armadas

sob o aspecto de organizações civis; como os químicos persistem no estudo do emprêgo dos gases nocivos para efeitos na guerra, e como os industriais não cessam de empregar a sua actividade na invenção de poderosas máquinas bélicas.

As fôrças materiais germanas foram reduzidas profundamente, e grande número delas destruídas, mas o que ficou firme e inabalavel foi a *cultura alemã*, e será pelos processos por esta inventados que ressurgirão novos métodos de guerra e com êles outros meios de conseguir a vitória. Contra a tenaz obstinação do character germano em conseguir a hegemonia mundial só há um recurso, que consiste na intima união dos povos rivais com a sua poderosa organização militar, pronta sempre a repelir as ousadias do indomável adversário. Bem disse a *Times*, em 12 de outubro do corrente ano, quando considerou dever de todos os homens de Estado precaverem-se contra os perigos de uma guerra de desforra por parte da Alemanha, porquanto os factos revelativos de tal propósito são manifestos, e loucura seria fechar os olhos ante os perigos, que prometem desencadear-se de futuro.

A nenhuma outra nação êste mesmo conceito deve constituir mais inolvidável preocupação dos governos e governados do que a Portugal. Seja qual fôr a questão politica, que surja entre nós, torna-se indispensável recordar, como sucedia a Catão, que a Alemanha se mantem com o propósito firme de vingar, no devido momento, as humilhações sofridas, não lhe esquecendo um só dos povos que se confederaram para a aniquilar. Não nos olvidemos um momento, de que a insistência do grande patriota romano, aparentemente impertinente pela repetição incessante, era aliás oportuna, como os factos vieram a demonstrar.

E ás falazes e devaneadoras asserções dos filósofos e sonhadores, que asseveram a terminação completa da guerra, retorquamos com o facto confirmado pela história, de que a paz geral jámais foi confirmada pela lição dos factos, visto haver sempre algum canto da terra onde ela incessantemente se desenvolva cruenta e indomávelmente.

O sol, no seu persistente caminhar, passa sempre através de algum fuso terrestre, no qual alumia os homens hostilizando-se como bestas fêras, sempre sedentos e ávidos do sangue dos seus semelhantes.

Gustavo Le Bon que estudára cuidadosamente, durante a guerra, os ensinamentos que dela derivavam, depois de terminada, propoz-se examinar a psicologia dos novos tempos, bem como as suas conseqüências, e o remédio para a estas obviar. E a conclusão de tão importante exame condensou-a nos seguintes conceituosos períodos:

«A força militar dum povo é constituída pelo valor de todos os seus cidadãos. A sua prosperidade económica e industrial dependerá essencialmente da qualidade das respectivas *elites*. Desde que fraquejem as individualidades, que constituem essa nata das varias classes, o país sossobrará.

«A inteligência não falta jámais a essas *elites*, mas o caracter nem sempre é mantido á altura da inteligência. O espirito de solidariedade, a iniciativa, a austeridade e a tenacidade no esforço vão desaparecendo pouco a pouco.

«Não basta proclamar a necessidade de tais aptidões; urge adquiri-las.

«A Universidade nunca se ocupou, até hoje, senão do desenvolvimento da inteligência. Sob pena do caracter desaparecer, deverá igualmente, a exemplo das Universidades inglesa e americanas, educa-lo.

«O nosso futuro logar no mundo dependerá das qualidades da mocidade, que vai avançando na vida. A vitória não pertencerá aos povos nos quais a inteligência fôr mais subida, mas sim áquelles que disponham de mais rijo caracter».

Há vinte e três anos, com bem inferior autoridade profissional, mas não com menor convicção, em sessão solene de outro estabelecimento, destinado á educação da mocidade, dirigindo-me ao chefe do estado, ladeado dos representantes do seu governo, emiti eu, com a altivez e firmeza próprias de quem se sentia inspirado do mais puro e são sentimento patriótico, pensamento inteiramente conforme com o do abalissado filósofo, que fica transcrito.

Disse eu:

«Quando uma raça chega, por qualquer motivo, ao estado de indiferença publica, que é sempre um grande sintoma de abatimento moral, quando o feroz egoismo domina e avassala inteiramente todos os mais sentimentos e aspirações genero-

sas, só há dois meios de reconstituir a nacionalidade forte e vigorosa.

«Um, por nossa desgraça, mas também para nossa lição, encontramos-lo na história pátria: é a escola da desventura, a escola da tirania do estrangeiro, pisando e dominando a terra em que nascemos»

«Por certo que o espírito nacional não está avassalado. Podemos afirma-lo altivamente, sem riscos de desmentido, porque nos dão o direito de assim o proclamarmos os nossos valentes irmãos de armas de Marracuene, Magul, Coolela, Manjacaze e Chaimite»

«Mas, se a alma nacional não está vencida, seria loucura contestar que não esteja invadida pela descrença, e dominada pelo egoísmo. E' necessário, é urgente, é inadiável dar combate a êstes terríveis inimigos. A descrença é no homem o suicídio moral; é nas sociedades a dissolução, igualmente pronuncio da morte moral. O egoísmo é uma lepra hedionda que corroe, destroe, esfacela inteiramente o que há de grande, nobre e altivo na humanidade, que é o espírito de colectividade. Corramos, portanto, ao combate contra êsses dois terríveis destruidores da prosperidade da nossa pátria. A' guerra contra a descrença! A' guerra contra o egoísmo!

«Aonde é o campo de batalha? Ali, no espírito da mocidade. Quem é que compõe o exército que marcha para a acção? Nós, os seus perceptores. Qual o nosso armamento? A educação. Qual o fim da campanha? Substituir a descrença pela confiança e o egoísmo pelo altruísmo, radicando nos espíritos juvenis a convicção de que o amor ao trabalho é a fonte de todas as prosperidades, e a prática das virtudes a felicidade de toda a consciência honesta». ¹

Apraz-me verificar que, quasi dois lustros passados para além do momento em que estas frases foram pronunciadas, elas merecem hoje a inteira conformidade de um dos mais esclarecidos espíritos, que honram a sciência moderna. O modesto pioneiro e propagandista da obra educativa da mocidade, fica

¹ *O Rejuvenescimento da Nação pela Educação da Mocidade*, por José Estevão de Moraes Sarmiento, director do Collegio Militar. 1898.

assim tranquilo de que não errou, ao indicar o fulcro sobre o qual gravitava o processo de rejuvenescimento da nação, e que o alvo a visar era efectivamente o que tinha apontado.

Mas o coração do patriota sangra, ao verificar que a sua catequese não foi devidamente atendida, e que a doença, de que já enfermava a nação no tempo referido, não cessou de alastrar, sem que se hajam posto os devidos diques á sua funesta propagação.

Que o novo ano nos traga radical transformação do sentir nacional, é o voto mais oportuno e sincero, que neste momento póde pronunciar quem votou a sua longa vida sómente ao serviço da Pátria, e está plenamente convicto de que, o vigôr moral, mais do que o vigôr físico dos cidadãos, representa o elemento essencial da independência nacional. Inspirado nesta fé, e enquanto a Providência lhe der alentos para tanto, parodiando Catão o Antigo, não deixará o signatário de exclamar: — **Alerta pela Defesa Nacional!**

GENERAL MORAES SARMENTO.

O desastre do exército espanhol em Marrocos

II ¹

As operações do mês de Julho

A) *Região ocidental.*—No dia 4 de Julho uma coluna, auxiliada por indigenas dos aduares de Lahára e Sahára, recentemente submetidos, partiu da posição de Addama e foi ocupar a de Debua, depois de ter desalojado forças inimigas que ocupavam o aduar de Chaila. A posição ocupada tinha importância, porque domina o vale que serve de comunicação entre as kabilas de Beni-Gorfet e Beni-Aros.

Nesta operação os espanhóis tiveram 19 feridos, entre os quais se contam um tenente, um capitão e um major.

¹ Veja-se a *Revista Militar* de Outubro-Novembro de 1921.

—No dia 6 tiveram lugar operações de maior vulto, entrando nelas tropas de Larache e de Ceuta.

—As de Ceuta, sob o comando do general Marzo Oluquera partiram de Tazaruta, constituindo 5 colunas.

A 1.^a coluna, sob o comando do caid Sel-Lai, ocupou as cintas do Yebel Bual, donde se dominam as povoações do alto Jarrub; a 2.^a, sob o comando do major Peña, flanqueava a esquerda da anterior, e penetrou pelo vale do Jarrub; a 3.^a (3 esquadrões), sob o comando do t. coronel Pontes, era constituída por 3 mias e flanqueava a direita da 1.^a, repelindo o inimigo por meio de uma brilhante carga, (4 esquadrões), nas faldas de Yebel Bual; a 4.^a, sob o comando do coronel Serrano Orivé, era a mais importante das colunas, e compunha-se de 3 batalhões de infantaria, 4 baterias de artilharia de montanha, 4 companhias de engenharia, quasi 2 esquadrões de cavalaria, um parque movel de intendência e os serviços de saúde e intendência. Esta coluna ocupou as posições de Akoba-Gogal e Akoba-Kair.

A 5.^a coluna flanqueava as colunas que iam pelo vale de Jarrub.

—As forças de Larache, sob o comando do general Barrera, partiram de Mensach e Sidi Otzman.

A coluna ia assim organizada:

a) *Guarda avançada*: Sob o comando do t. coronel González Carrasco, compreendia os 2 esquadrões Regulares de Larache, as metralhadoras do regimento Taxdirt, os tabores de Larache, uma companhia de Regulares de Tetuão, 2 baterias de artilharia de campanha, as metralhadoras dos Regulares, infantaria de marinha, parque movel, ambulância e telegrafia óptica.

b) *O grosso*: sob o comando do coronel Gonzalez, compreendia 6 batalhões de caçadores com as suas metralhadoras, forças de infantaria de marinha e os elementos e serviços auxiliares.

c) *Guardas de flanco*: A coluna era flanqueada por forças da Policia indigena e arkas amigas.

—A coluna seguiu pelo vale de Mejazen, tendo de travar combate ao aproximar-se das vertentes do massiço montanhoso de Beni-Garfet, proximo de Duar-Ayun. Protegidos pelo fogo da artilharia, a cavalaria vadeou o rio e por volta

do meio dia envolvia a posição de Tessar pelo Norte, enquanto a infantaria, metralhadoras e artilharia executavam um fogo violento num ataque frontal, e as arkas e outras forças ameaçavam o inimigo de envolvimento. Êste retirou, e as forças espanholas ocuparam as posições de Tessar, Hady e Ziat, que foram logo fortificadas. No dia seguinte foram ocupadas outras posições no vale de Mejazen, entre os aduares de Dar Berrieta e Tessar, de modo a dominar os vales de Beni-Arós.

O general Berenguer dirigiu de Cudia Marax as operações.

—No dia 11 novas operações foram realizadas pelas forças de Ceuta e de Larache.

As forças de Ceuta constituíram 2 colunas, uma, sob o comando do general Marzo, atravessou o Jarrub, apoderando-se da importante posição de Bab-es-Sor; a outra, sob o comando do coronel Serrano, ocupou as alturas de Beni-Resdel. No flanco esquerdo ainda a cavalaria sob o comando do t. coronel Pontes, repeliu o inimigo, que avançava pelo vale do alto Jarrub.

As forças de Larache, abandonando o seu bivaque em Ayun atacaram a posição de Yebel Maixera, rechaçando o inimigo e estabelecendo a ligação com as tropas de Ceuta.

Durante estes combates os aeroplanos prestaram importantes serviços nos reconhecimentos e bombardearam a povoação de Tascurut, residência de Raisuli.

Nos combates do dia 11 os espanhóis tiveram 17 mortos e 61 feridos, contando-se entre os primeiros 2 oficiais, e entre os ultimos 10.

—No dia 17 as tropas de Ceuta e Larache, em perfeita cooperação, continuaram o seu movimento progressivo, com maior facilidade, sendo ocupadas as posições de Yebel Tabar el Jand, Marsinda (povoação), Bucherit e Buyebel.

Houve neste dia apenas 3 mortos e 32 feridos.

Nos dias 20, 25 e 27 repetiram-se as operações e foram ocupadas as posições de Budir, Cudia Yof, Ayenen, Robla, Berdex, nos limites de separação de Beni-Aros com Beni-Ider.

Na margem esquerda de Mehazen os espanhóis assenhorearam-se das posições de Kobra e Fax, sem terem a vencer grandes resistências.

—No dia 29 operaram 3 colunas: uma do general San-

jurjo; outra, sob o comando do coronel Cogolludo; e a terceira, comandada pelo coronel Saliquet.

A coluna do general Sanjurjo seguiu a divisória das águas dos rios Angaret e Kerikera enquanto que a do coronel Cogolludo subia pelas alturas da margem esquerda do rio Kepiker, de maneira que estas forças com as do general Sanjurjo interceptassem as bacias dos rios Kerikera, e Angaret, atingindo assim o limite oriental da cabila de Beni-Aros nas faldas do monte Yebel-Alam, último baluarte dos yebalas.

Assim ficava protegida toda a rica região comercial de Xauen.

— A coluna do coronel Saliquet conseguiu ocupar a posição de El Kalen, de Beni-Ibu, estabelecendo assim a ligação entre as duas outras colunas.

Nestas operações tomaram parte 12.000 homens, apoiados por 11 baterias e 10 companhias de metralhadoras. O inimigo abandonou Tazarut e refugiou-se nas montanhas nas proximidades do santuario de Muley Abdeselam.

As operações de julho na região ocidental foram dadas por findas e o general Barrera regressou a Larache.

B) *Região oriental*: Enquanto se realizavam as operações que acabamos de indicar na região ocidental com vantagem para os espanhóis, na região oriental eram os kabilenos que tomavam a ofensiva logo a partir do dia 17, naturalmente para obrigar a um deslocamento de forças da região ocidental para esta, com o fim de reduzir a pressão das tropas espanholas naquela região.

Os ataques por parte dos kabilenos foram executados com energia, especialmente sobre a posição de Igueriben, e de tal modo que, apesar dos socorros levados pelo general Fernandez Silvestre, a posição teve de ser abandonada pelos espanhóis, retirando-se êste sobre *Annual*, mas sempre sobre a pressão do inimigo. Aqui ainda não se puderam sustentar, vendo-se completamente envolvidos, sendo-lhes cortadas as linhas de comunicação.

O general Silvestre teve então de empreender um violento ataque para abrir passagem na direcção de Dar Drius. Nem todas as tropas conseguiram porém retirar a tempo, caindo uma parte em poder do inimigo, incluindo o proprio general Silvestre.

As forças que se puderam salvar, retiraram-se para o acampamento de Dar-Drius, onde o general Navarro conseguiu reunir as tropas dispersas. As forças dos mouros orçavam por 12.000 homens com armamento moderno. Êste desastre, ao mesmo tempo que quebrantava o espírito guerreiro das guarnições espanholas, incitou algumas mais kabilas a revoltarem-se, ameaçando mesmo a praça de Melilla, e, cortando desta, as guarnições, que ocupavam posições afastadas da praça. As forças marroquinas rebeldes aumentavam dia a dia e o exército espanhol viu-se impotente, por falta de recursos, a fazer frente á onda que ameaçava Melilla, cuja perda seria um golpe mortal para o dominio espanhol em Marrocos.

Então o governo teve de enviar rapidamente reforços para Melilla, ao mesmo tempo que varias canhoneiras partiram tambem a vigiar as costas marroquinas e a cooperarem com as tropas de terra. O general Berenguer teve de abandonar as posições de Beni-Aros e fazer marchar para Melilla todas as forças disponiveis, enquanto da Espanha não chegavam reforços suficientes. O general D. José Sanjurjo Sacanell, tendo como chefe de E. M. o major D. Mariano Santiago, tomou o comando de uma coluna constituida pelo Terço de estrangeiros, tropas Regulares, 4 batalhões vindos de Ceuta, 2 esquadrões de cavalaria, 2 baterias de montanha, 2 companhias de sapadores, varias secções ópticas, 2 ambulâncias, etc.

Tratou-se em primeiro lugar de ocupar e organizar defensivamente algumas posições, que pudessem pôr a coberto Melilla de algum golpe de mão por parte do inimigo, e ao mesmo tempo garantir a posse de uma zona, onde pudessem ir-se reunindo os elementos que chegavam e preparar-se para retomar a ofensiva.

O general Sanjurjo e o coronel Riquelme conseguiram no campo exterior consolidar, nos contrafortes de Gurugu, as posições de Sidi-Hamet-Hach e o *Atalayón*, Zoco el *Had* de Benisicar e Ixmort, Sidi-Musa e Aisa, impondo-se assim ás kabilas de Mezquita, Mazuza, Frajana e Beni-Sicar, que reiteiraram a sua adesão á Espanha.

As guarnições de Sidi Dris e de Afran, próximas da costa, atacadas violentamente, sofreram numerosas baixas,

conseguindo com dificuldade acolher-se aos navios de guerra, que as levaram a Melilla. A guarnição Sammar conseguiu retirar para o território de Beni-Sicar; as de Nador e Zeluán (aeródromo) ainda resistiram e mantiveram-se assim como a do Monte Arruit.

As tropas que resistiram no Nador conseguiram, pelo heliógrafo, comunicar com o general Sanjurjo.

A coluna do general Navarro retirou-se de Dar Drius por Batel e Tistutin, conseguindo alcançar o Monte Arruit em 28, donde comunicou pelo heliógrafo com o general Berenguer.

—A coluna que ocupava o Zoco de Tralatzá conseguiu passar para a zona francesa.¹

A 31, os aviadores conseguiram levar a Zeluán e ao Monte Arruit alguns socorros em viveres, água e munições, o que se repetiu nos dias seguintes; mas sob o tórrido sol rifenho, os soldados sufocavam sedentos.

O inimigo, porém, dispondo de artilharia, rompeu o fogo sobre o Monte Arruit.

As tropas que se tinham acolhido ao Nador, tendo sofrido bastantes perdas, faltas de recursos e não podendo resistir por mais tempo, entregaram as armas ao inimigo no dia 2 de Agosto, permitindo-lhes êste que se retirassem para Melilla. O mesmo aconteceu ás tropas que guarneciam Zeluán, que se entregaram no dia 3; mas estas foram menos felizes, pois os rifenhos, depois da guarnição entregar as armas mataram-na quasi toda, sendo poucos os que puderam salvar-se. A guarnição do Monte Arruit, sob o comando do general Navarro, manteve-se ainda por alguns dias, resistindo heroicamente aos ataques dos rifenhos; mas no dia 9 estes conseguiram por traição, enquanto se tratava da rendição, entrar na posição, e trucidaram grande parte das tropas, apesar dos esforços dos chefes marroquinos, que ainda assim conseguiram salvar a vida ao general Navarro e a varios officiaes, que ficaram porém prisioneiros. Em Monte

¹ Refugiaram-se em Tahurit na Zona francesa 22 officiaes e 460 praças sob o comando do t. coronel D. Saturio Esteban, que foram embarcar a Oran e se dirigiram depois a Melilla.

Arruit foi morto o t. coronel Primo de Rivera. O número de prisioneiros é de uns 700, que foram distribuídos por várias cabilas para serem resgatados.

—O inimigo, estabelecido no Gurugú e nos contrafortes do Nador, dirigiu um intenso fogo de artilharia sobre as posições avançadas dos espanhóis, especialmente sobre a de Sidi-Amét-el-Hach.

A chegada de continuos reforços, em homens e em material, tem permitido não só conter o inimigo, mas mesmo já inflingir-lhe perdas importantes.

Com sangue e com ouro a Espanha tem pago o pouco caso que tem feito das guarnições de Marrocos. As economias com o exército dão quasi sempre estes desastrosos resultados. Só em poder dos mouros ficaram 12.000 espingardas (afóra as que as tropas inutilizaram), 200 cavalos e 150 muares.¹

—O general Berenguer determinou a organização de 3 colunas nos principios de Agosto para proteger os comboios de viveres, destinados ás guarnições dos block-haus, e a proteger os trabalhos de organização defensiva.

—O comando da 1.^a columna foi dado ao general Sanjurjo, tendo 5 batalhões de infantaria com as metralhadoras, 2 companhias da Legião Estrangeira com metralhadoras, 1 tabor de infantaria de Regulares de Ceuta, 2 esquadrões de cavalaria, 3 baterias de artilharia de Montanha, 2 secções de munições (1 de infantaria e 1 de artilharia), 2 companhias de sapadores-mineiros, 1 secção de telegrafistas e 1 estação óptica, 4 companhias de administração militar de montanha com 4 autocamiões para água, 2 ambulâncias sanitarias de montanha, e respectivas escoltas. Esta columna saiu de Melilla, marchando por Hidun e Ismeir, indo organizar a posição de Sidi-Amarám.

A 2.^a columna, sob o comando do general D. Francisco Neila Siria, era constituída por 5 batalhões de infantaria com as suas metralhadoras, 2 esquadrões de cavalaria, 1 grupo de baterias de artilharia de montanha, 2 secções de munições, 2 companhias de sapadores-mineiros, 1 secção de telegrafistas,

¹ 4 aeroplanos, varias peças de artilharia e os parques de Intendência e de saúde militar, tendo apenas ficado em Melilla 5 automoveis e 3 camiões.

1 secção com 10 estações ópticas, 2 companhias de administração militar de montanha com 3 auto-camiões para água, 1 ambulância de montanha e as escoltas.

A 3.^a *coluna*, de *reserva*, sob o comando do general D. Miguel Fresneda Mengibar, tinha 4 batalhões de infantaria, 4 companhias fornecidas por outros tantos regimentos, 5 companhias de metralhadoras, 2 esquadrões de cavalaria, 2 baterias de artilharia de montanha, 1 companhia de sapadores-mineiros e 1 secção de telegrafistas, 2 companhias de administração militar de montanha e 8 carros para água. Para o remunciação e evacuações dispunha-se de viaturas automóveis.

—Estas forças conseguiram deter o inimigo, e, conservando-se na defensiva, trataram de organizar as posições destinadas a cobrir Melilla. A posição de Melilla foi organizada em 3 sectores, a cada um dos quais foi dada como guarnição uma coluna. O 1.^o sector é chamado do Hipódromo; o 2.^o é o de Afonso XIII; o 3.^o é o de Cabrerizas. A brigada de cavalaria ocupa a praia dos Cárabos e o Hipódromo. O general Calvacanti tem o comando da defesa de Melilla.

—Os reforços enviados da Península não se fizeram demorar, pois em fins de Agosto já tinham sido enviados uns 58.000 homens de infantaria (59 batalhões), 215 peças de artilharia (170 de artilharia ligeira, 33 de montanha, 12 a cavalo e 12 pesadas), uns 3.500 homens de cavalaria (24 esquadrões), 21 companhias de engenharia, 8 companhias de administração militar, 7 companhias de serviço de saúde e 13 aviões. Na Legião Estrangeira tem havido numerosos alistamentos. Os ingleses alistados recebem um prémio de 25 libras por cada ano de serviço e tem o soldo diário de 3 shs., e 9 pences.

—Logo que todas estas forças estejam perfeitamente organizadas e dotadas com todos os meios, será tomada uma ofensiva energica, com o que se conta restabelecer o prestigio das armas espanholas tão seriamente abalado pelos desastres de Julho e Agosto.

Portugal e a próxima guerra

A. S. Ex.^{cia} o General Moraes Sarmiento

A próxima guerra... Eis um assunto no qual a muitos parecerá, pelo menos, prematuro falar, quando ainda mal se extinguiram os ecos do troar dos canhões que, durante mais de quatro anos, não deixou um momento de se fazer ouvir por êsse mundo fora!

E que terá que ver com ela Portugal, êste pequeno Portugal, que não aspira a conquistas nem a aventuras, que só deseja que o deixem resolver *em familia* os complexos e difíceis problemas que o assoberbam internamente, que não se cança de proclamar as suas ideas pacíficas e, como prova de sinceridade, pensa em reduzir ainda mais o seu já tão enfezado exército, não fazendo o mesmo á marinha por não ter que diminuir...

Perante a evidência dos factos, desfez-se como fumo a profecia de certos impenitentes idealistas, de que a grande guerra de 1914-1918 seria o último conflito á mão armada entre nações civilizadas.

Fez-se o armistício, assinou-se a paz, e as guerras continuaram: russos contra polacos, gregos contra turcos, para não citar senão as mais importantes, e não falando na dos espanhóis contra os mouros do Riff por estes não figurarem ainda entre as nações civilizadas.

Os armamentos continuaram, em terra, no mar e, agora, também no ar.

Era de prever.

As ambições não são privativas dos cérebros germânicos.

Vai em breve reunir-se na America do norte uma conferência das grandes nações para estudar a maneira de reduzir armamentos e de solucionar algumas questões pendentes, mais ameaçadoras.

Ha quem nela funde grandes esperanças; mas certos pessimistas — dos que mais frequentemente teem acertado nas suas previsões — põem abertamente em dúvida a eficácia de mais

essa tentativa, pela impossibilidade que vêm em conciliar os interesses divergentes e, em muitos pontos, antagónicos, que os delegados das grandes nações aí irão sustentar.

E perguntam:

Poderá a Grã-Bretanha, por exemplo, verdadeira confederação de nações espalhadas pelo mundo e que só o mar liga, cuja existência depende essencialmente de ter êste aberto á sua marinha mercante — a maior de todas —, e que ha séculos empunha orgulhosamente o sceptro de Neptuno, consentir que êste passe a outras mãos?

E renunciarão a êle os Estados Unidos, quando o seu poderio naval atinge já, e excederá em breve, o da Rainha dos Mares?

Admitirá o Japão que lhe tolham os meios de manter e explorar a situação predominante que ocupa no Extremo-Oriente?

Aceitará a França que lhe enfraqueçam o exército, único elemento de que dispõe para obrigar o teutão a cumprir o tratado de Versailles, de que depende o seu futuro?

E a Itália desistirá de realizar um dia o seu sonho de supremacia no Mediterrâneo?

Pouco viverá quem não vir os resultados dessa conferência; mas a ninguêm deverá surpreender que dela saia, como doutra anterior, o acréscimo dos armamentos, em vez da sua redução, o agravamento das rivalidades, em vez do seu apaziguamento, e, talvez mesmo, a guerra a curto prazo, em vez da paz duradora...

Dizia alguém ha tempos que a liberdade do mundo sómente estaria em verdadeiro perigo, no dia em que uma nação reunisse nas suas mãos a supremacia militar, ao mesmo tempo no mar e em terra.

A derrota de 1918 deteve no caminho para êsse objectivo a Alemanha do Kaiser; mas, em 1921, «outro poder mais alto se alevanta», além do Atlântico; os Estados Unidos da America, que estão prestes a ocupar o primeiro lugar na escala das potências navais e onde uma forte corrente de opinião reclama idêntica colocação na escala das potências terrestres.

Mas diz-se, os Estados Unidos são uma democracia e, portanto, o perigo não pode vir daí.

Onde estão os protestos do povo alemão contra êsse acto nefasto dos seus dirigentes?

E não vê o povo americano — campeão da célebre doutrina de Monroe — que os armamentos do seu país são dirigidos contra o Japão, cujo crime é o de querer sustentar doutrina análoga — a Asia para os asiáticos —, e que o não cumprimento da promessa feita aos filipinos, de lhes dar a independência, promessa com a qual se conquistou o seu auxilio na guerra contra a Espanha, lança graves suspeitas sôbre a negação dos intuitos imperialistas dos govêrnos que, desde então, se teem sucedido no poder?

Se a próxima guerra se der entre a grande República Norte-Americana e o Império do Sol Nascente, localizada no Pacifico, pouco — se alguma cousa — teremos que nos preocupar com ela.

Já o mesmo não acontecerá, contudo, se ela envolver a Inglaterra, nossa aliada e do Japão.

Ha quem considere absurda a hipótese, mas ha também quem não a tenha como tal, mesmo na própria Inglaterra e nos próprios Estados Unidos.

Ainda o ano passado, num artigo para uma revista importante, um general americano lembrava aos seus compatriotas que: «visto que já tivemos duas guerras com os nossos amigos ingleses, não é impossivel que tenhamos terceira»¹

A aliança entre a Inglaterra e o Japão só expira para o ano; tem-se pretendido que não será renovada e até que, no caso de rebentar a guerra antes disso, alguns domínios ingleses entrariam nela contra o Japão.

É lícito duvidar tanto duma como doutra dessas versões.

Escrevia, também o ano passado, um distinto oficial da marinha espanhola:

«...a Grã-Bretanha e o Japão são povos cujos interesses não se contrapõem e cuja amizade é de mútua conveniência.

«Entre o Reino-Unido e a América do Norte a rivalidade é natural e lógica; entre a Inglaterra e o Japão são igualmente lógicas a amizade e a aliança; Os Estados-Unidos e o Império do Sol Nascente não são nem serão nunca bons amigos, amigos sinceros e o Japão precisa da Inglaterra para ter em che-

¹ Grigadier — General Johnson Hagood — The United States in the next war — Journal of the United States Artillery, July 1920.

que os americanos, como a Inglaterra pode necessitar do Japão para lhes dar o golpe de misericórdia no dia em que a comunidade de interesses, a rivalidade comercial e marítima que vem a ser o mesmo, e a ingerência na sua política geral exceda o limite humana ou *britanicamente* suportável.”¹

Na hipótese da Inglaterra entrar no conflito, ao lado do Japão, é de prever que para êle seríamos arrastados, quer quisessemos quer não.

Já nesta Revista me referi, ha tempos²—e, nela ou noutras, muito melhor o teem feito outros camaradas—á importância que revestirão os nossos portos e ilhas do Atlântico, num conflito marítimo que tenha por teatro êste mar, especialmente o conhecido “triângulo estratégico” Lisboa-Açores-Cabo Verde.

Basta, de resto, olhar para um mapa, para que saltem á vista as vantagens que, a qualquer dos dois prováveis beligerantes, traria a ocupação de alguns dêsses pontos e o correlativo perigo que, para cada um deles, representaria o estarem êsses pontos nas mãos do contrário.

Mesmo que, ao contrário do que é provavel, declarássemos a nossa neutralidade, difficilmente—estou convencido—conseguiríamos manter essa atitude, sem graves e talvez fatais prejuizos.

As declarações de neutralidade que se não apoiam numa forte organização, capaz de a fazer respeitar pela fôrça, sendo preciso, e por forma a exceder uma influência importante nas operações, têm pouco pêso perante os “interesses militares”. Não é neutro quem quer, mas sim quem pode.

Veja-se o que succedeu á Belgica e á Grecia, durante a Grande Guerra e, se se preferirem os exemplos caseiros, pense-se nos “acidentes” que nos valeu a atitude indecisa que quisemos observar, por vezes, nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do XIX.

Uma outra nação pode ter interesse em intervir nessa guerra: a China, adversário tradicional do Japão.

¹ Capitan de Corberta Manuel e Mendivil—Um acontecimiento sensacional. El eclipse marítimo de Inglaterra.—Revista General de Marina, agosto, 1920.

² Em torno da reorganização do Exército.—abril de 1929.

E, se no conflito andarmos ao lado da Inglaterra, teremos que atender á nossa colónia de Macau.

A propósito desta colónia e da China, seja-me permitido dizer algumas palavras.

Um incidente que naquela se deu, ha pouco, levou um jornal a aludir á possibilidade de se tornar necessário um acto de força contra a China.

Servi nessa colónia mais de 11 anos consecutivos, presenciei vários incidentes mais ou menos semelhantes ao que ultimamente se produziu, assisti ao malôgro da tentativa para fixar definitivamente os limites do nosso território e, de tudo isso conjuntamente com o estudo das relações entre a China e as outras nações, cheguei á conclusão — em que muitos me tinham precedido — de que, com chineses, ha apenas uma maneira de resolver as questões: a *maneira forte*.

Como disse, creio, o illustre escritor Marques Pereira; «o chinês faz tudo o que se lhe consente e consente tudo o que se lhe faz»; simplesmente, a prudência manda que se não repita muito o «bluff», porque, mesmo os chineses são capazes de obrigar o adversário a mostrar as cartas. . .

Sucedeu assim, por exemplo, em 1900, quando da revolta dos *boxers*; e as grandes potências tiveram de enviar mais de 100.000 homens, para libertarem as legações cercadas em Pekim.

Presenciei, como disse, vários incidentes; em todos êles a «maneira forte» deu o resultado desejado, sem necessidade de se passar á acção que, de resto, tal com se podia exercer, seria amplamente suficiente.

Mas já então, por mais duma vez, se anunciaram acontecimentos — felizmente nunca realizados — a que se não poderia ter feito face com os recursos disponíveis imediatamente ou a breve prazo; e êsses acontecimentos podem dar-se dum momento para o outro.

Entre êles, figura em lugar predominante a occupação militar da ilha da Lapa, que borda a oeste o chamado Porto Interior, pelos chineses.

A ilha da Lapa é um dos territórios em litígio; não temos, infelizmente, grandes argumentos para assentar os nossos direitos a ela, mas a sua situação é tal que, a ocupá-la um adversário, não poderemos sustentar-nos em Macau.

Se, pois, o «acto de força» não foi necessário desta vez, pode vir a se-lo algum dia. E será bom não nos fiarmos em que poderemos ficar nisso.

E' outra possibilidade de nos vermos a braços com uma guerra, talvez afastada ainda, talvez próxima já. . .

Para os lados de Lourenço Marques teem pairado por vezes nuvens escuras, que se não pode prever se um dia se transformarão em tempestade.

E não temos nós aqui tão perto «o inimigo tradicional, o inimigo mais que possível, provável ou quasi certo, se continuarmos como até agora quasi indefesos por terra e por mar completamente expostos a qualquer ataque, isto é sem probabilidades de resistência eficaz»¹, que aspira a retomar o lugar que já ocupou entre as grandes potências e, lenta mas seguramente, se vai preparando para realizar essas aspirações na primeira ocasião favorável?

Proclamaram, ha tempos, certas vozes de além do Atlântico que, em 1918, quando os exércitos alemães avançavam para Amiens, para Calais, para o Marne, se julgara no país vizinho, que tal ocasião ia chegar, e ha até quem pretenda que foi êsse o principal motivo por que a nossa aliada nos não permitiu que enviássemos mais tropas para a França. Mas Foch deteve a torrente e os planos ambiciosos voltaram para os arquivos secretos, à espera de melhores dias. . .

Será, pois, prematuro falar na *próxima guerra* entre nós?

*

* *

Um dos «lugares comuns» invariavelmente citados quando se fala na possibilidade de termos de recorrer ás armas, para liquidar qualquer pendência com uma nação estrangeira, é o «auxílio da Inglaterra». E de tal forma se tem abusado disso que para muita gente, êsse auxílio é uma causa certa e segura em todos os tempos e lugares, e uma panacea que quasi nos dispensa de termos de pensar a sério na defesa contra uma agressão externa, especialmente pelo lado do mar.

¹Ferreira do Amaral — A Defesa Nacional, vol. I, p. 49.

A opinião penetrou mesmo, de ha muito, no Terreiro do Paço.

E com o nosso feitio imprevidente e comodista, vamos confiando os nossos mais sagrados interesses a mãos que nunca se comprometeram a defende-los, senão quando fôsem, ao mesmo tempo, seus.

Porque, sejam quais forem os termos dos tratados, o altruísmo, em política internacional, só existe na imaginação dos ingénuos.

Quando, em 1803, o nosso govêrno, ameaçado dum súbito ataque da França e da Espanha, consultou o inglês ácerca dos socorros com que poderia contar, obteve de Lord Hawkesbury a seguinte resposta: «Sua Majestade justamente espera que o govêrno de Portugal se não fie sómente nos auxílios externos mas que, lembrando-se que a segurança de cada estado deve depender essencialmente dos seus próprios esforços, não perca tempo em preparar aquelas medidas internas que possam pô-lo em estado de repelir com vigor e bom efeito qualquer agressão hostil que contra êle se intente»¹.

E, como sosinhos tivéramos que afrontar a invasão espanhola de 1801, sósinhos nos achámos em 1807 contra franceses e espanhois. É verdade que, desta última vez, tínhamos levado o nosso ardor pela neutralidade até ao ponto de aderirmos ao «bloqueio continental», dirigido contra a nossa aliada...

Em 1914, logo no princípio da Grande Guerra, Sir Edward Grey, num «memorandum» para o nosso Ministro em Londres, declarava: «que se algumas possessões ultramarinas portuguesas fôrem atacadas pela Alemanha, o Govêrno de S. Majestade não está presentemente em situação de assumir responsabilidade com respeito ás fronteiras terrestres das colónias portuguesas e de Portugal. Nestas circunstâncias o Govêrno de S. Majestade julga que a marinha e o exército portugueses deveriam reservar-se para defesa pátria...»².

E, no fim do ano seguinte, ainda o Sub-Secretário Crowe

¹ Soriano—História do Estabelecimento do Govêrno Parlamentar em Portugal, tomo III, 1.^a época, p. 547.

² Livro Branco, 1.^a parte, doc. n.º 47.

comunicava ao mesmo Ministro que, no caso de Portugal se achar em estado de guerra com a Alemanha, o Govêrno britânico, garantiria «por meio da armada britânica a protecção das costas de Portugal e colónias em conformidade com as estipulações dos antigos tratados de aliança», mas ia prevenindo de que: «por outro lado, em vista das pesadas obrigações que lhe incumbem, não poderá o Govêrno de S. Majestade fornecer munições de guerra nem assistência financeira, a não ser por meio de afretamento ou compra dos navios alemães que sejam apreendidos em águas portuguesas». ¹

Cá de dentro, as advertências têm partido de militares dos mais ilustres, como o general Moraes Sarmento, o almirante Ferreira do Amaral, o coronel Roma do Bocage e tantos outros. ²

Mas a ilusão persiste; porque, se não tivesse essa explicação, seria de se considerar como criminosa a incúria com que se tem deixado sem solução o problema da Defesa Nacional.

Tenhamos a coragem de reconhecer que não temos Exército, como não temos Marinha, capazes de desempenharem a função que lhes compete nas guerras futuras, as quais se poderá discordar que venham já próximas, mas que ninguém tem o direito de afirmar que são impossíveis.

Em período nenhum da nossa história estivemos, porventura, em tão desfavoráveis condições, sob êsse ponto de vista.

O Exército não tem armamento, nem instrução, nem soldados; a Marinha não tem navios; e naquele como nesta, os quadros, privados de qualquer estímulo — em muitos casos até da promoção — e insuficientemente pagos, reduzem-se, tendem para a extinção...

Quasi se não trabalha, nestes, porque os meios de o fazer escasseiam e o desalento invade os mais tenazes.

¹ Livro Branco, 1.^a parte, doc. n.º 323 — Anexo.

² V. General Moraes Sarmento: Defesa Nacional (Revista Militar de 1907); Ferreira do Amaral: A Defesa Nacional; Coronel Bocage: Aliança política e convenção militar (Revista Militar, maio de 1905); J. Cardoso — O Bloqueio Moderno; J. do Canto e Castro Silva Antunes: A urgen e reorganização da Armada portuguesa (Revista Militar, Julho de 1905); Raul A. Esteves: A fortificação no plano de defesa do país; etc.

Refiro-me, é claro ao trabalho produtivo, útil, não a essas tarefas quotidianas que a rotina perpetua e que fatigam, gastam, exgotam a inteligência, o carácter, a energia, mesmo dos de mais rija tèmpera.

E, contudo, devia ser o contrário.

Sáimos ha pouco duma guerra em que muitos tomaram parte e em que claramente se revelaram os defeitos das nossas instituições militares.

A outros países succedeu o mesmo.

Mas, emquanto que nestes se procura, com uma actividade que se pode classificar de febril, corrigir os vícios reconhecidos e aperfeiçoar mesmo o que melhor provou, entre nós... dorme-se.

Vão maus os tempos para tratar do Exército e da Armada, diz-se, 'mesmo o que temos é demais para as nossas posses. E anuncia-se, a cada instante, que vai começar a indispensável "compressão das despesas" por novas e importantes reduções das militares.

Pois se essas despesas são proclamadas, a tôda a hora, *improdutivas*, não será natural que se reduzam, se cortem mesmo de todo, acabando de vez com a "tropa"?

Não afirma certa gente que, acabando os exércitos, acabariam as guerras?

Que perigo haveria, portanto, em entrarmos nesse caminho?

As nossas despesas militares são excessivas, decerto, se em face delas se puser o pouco, o pouquissimo que temos, do que elas deviam produzir.

Mas que significa isso, senão que a máquina que elas alimentam é defeituosa, ou, pelo menos, que está mal montada e funciona mal?

E não haverá outras soluções senão: deixar que continue assim, ou pô-la inteiramente de parte?

Também não será mau lembrar que, tendo o custo da vida aumentado, de 1914 para cá, cêrca de 10 vezes, as despesas feitas com êsses *organismos vivos*, que são o Exército e a Marinha, ainda não andam multiplicadas por esse factor...

Com o que, não quero dizer que devam aumentar-se até lá.

O que é preciso é que nos decidamos a fazer alguma cousa.

Já foram apresentadas ao Parlamento as bases para uma reorganização do Exército. Não tentarei discuti-las aqui ; essas ou outras, porém, teem-se que adoptar.

A reorganização tem que se fazer ; o que ainda hoje temos já mostrou que não satisfazia ás necessidades do país, nem mesmo nas circunstâncias especiais em que se fez a experiência, muito mais, incomparavelmente mais favoráveis do que seriam se duma guerra se tratasse em que o inimigo pudesse atingir, com exércitos ou com esquadras, o nosso território.

Mas mesmo que assim não fôsse, nem porisso deixaria de haver necessidade de a modificar consideravelmente : basta lembrarmo-nos das alterações que, por exemplo, na proporcão das diferentes armas, a Grande Guerra causou.

Se queremos continuar a viver é preciso que cheguemos à *próxima guerra* com um Exército capaz de cumprir a sua missão, exército de terra e mar, entende-se.

*
* *
*

De uma forma geral, a organização que mais conveniente parece para um país de limitados recursos e na situação territorial do nosso, deve compreender :

1.º—Um exército de cobertura—nome que não deve entender-se como significando que actuará sempre na defensiva—cujo efectivo, para cima do mínimo determinado pelas necessidades estratégicas, será limitado pela possibilidade de o dotar de *tudo* quanto possa carecer para efiscazmente, desempenhar o seu papel ;

2.º—A preparação da mobilização completa da nação, em todas as suas modalidades : militar, industrial, agrícola, económica, etc.

O exército de cobertura deve poder mobilizar-se rapidamente e conservar-se sempre no mais elevado grau de eficiência ; essas duas qualidades compensarão, em grande parte, a deficiência na *quantidade*, durante o tempo em que tiver que actuar só.

Ele será, ao mesmo tempo, a escola em que o resto dos homens válidos virão aprender a defender a Pátria.

Evidentemente, para se chegar a um resultado satisfatório, será preciso tempo; mas por isso mesmo, as despêsas a fazer com a aquisição de tanta cousa que falta pôde tornar-se menos pesada, repartindo-se por um certo número de anos.

O que é preciso é que, nem tempo, nem dinheiro se desperdicem, o que só será possível subtraindo as cousas militares á influência das flutuações da política interna.

Porque se não ha-de, como lá fora, estudar e adoptar um programa vasto de reformas militares e cumpri-lo integralmente?

*

* *

A próxima guerra travar-se-á, ao mesmo tempo, na terra, no mar e no ar, assumindo, provávelmente, logo de princípio, uma intensidade comparável á que atingiu, na Grande Guerra, em 1918.

Será breve, será longa? Quem o poderá afirmar?

Reaparecerá néla a "guerra de trincheiras"? Decerto se, como em fins de 1914, as forças dos adversários, em terra, se equilibrarem após as primeiras batalhas, sem se ter chegado a uma decisão.

Vêr-se-á, no mar, uma situação semelhante á que se estabeleceu entre as armadas inglêsa e alemã, no Mar do Norte; entre a francêsa, depois conjugada com a italiana, e a austriaca, no Mediterrâneo; entre a alemã e a russa, no Báltico? Evidentemente, se a desproporção fôr grande, como então era, entre os poderes navais opostos, e se condições locais o consentirem.

Resta saber se daí resultará, outra vez, o prolongamento da luta, se o carro de assalto e a aviação — para só falar no que já existe — não permitirão abreviá-la, triunfando de fortificações e defensas acessórias, de submarinos e campos de minas.

De que não pôde haver dúvida é que a *máquina* desempenhará um papel cada vez mais importante, contanto que o *homem* que a emprega saiba servir-se dela.

Máquinas cada vez mais perfeitas, homens cada vez mais instruídos, eis o que reclama a guerra moderna, no que, afinal, não faz senão seguir a lei do progresso.

Com mais uma condição ainda, para os homens: que tenham uma têmpera moral cada vez mais forte, condição por tal forma indispensável que, sem ela, o resto de pouco valerá?

A guerra actual não será, talvez, mais mortifera do que a de ha cem anos; não o é, com certeza, do que a dos tempos da falange grega ou da legião romana; mas é incomparavelmente mais aterradora.

«A morte está no ar, invisível e cega, com rugidos temíveis que fazem curvar a cabeça», escrevia Ardant du Pico nas vespersas dessa guerra de 1870-71, que não foi senão «uma brincadeira de crianças» ao pé da de 1914-1918.¹

Faz, por exemplo, quem a êle nunca assistiu, idea do que seja um bombardeamento *moderno*?

«Silvos agudos tiritando ou rangendo, chicotadas. E na encosta cuja imensidade transparece lá adiante e onde os nossas estão no fundo dos abrigos, amontoam-se nuvens de todas as formas. Às colossais plumas incendiadas e nebulosas, misturam-se poupas imensas de vapor, penachos que lançam filamentos rectos, pincéis de fumo que aiastram ao cair — tudo branco ou cinzento-esverdeado, negro ou cobreado, com reflexos dourados ou como que manchado de tinta...

«Rodeia-nos um ruido diabólico. Tem-se a impressão inaudita dum acréscimo contínuo, duma multiplicação incessante da fúria universal. Uma tempestade de pancadas roucas e surdas, de clamores furibundos, de gritos penetrantes de feras, encarniça-se sôbre a terra coberta de farrapos de fumo, onde estâmos enterrados até ao pescoço e que o vento das granadas parece impelir e fazer dançar...

«No meio dum cheiro a enxôfre, a pólvora negra, a trapos queimados, todas as feras gritam açuladas. Mugidos, rugidos, roncões ferozes e extravagantes, miar de gatos que arranhem furiosamente os ouvidos e revolvem as entranhas, ou então o longo gemido penetrante que exala a sereia dum navio em perigo no alto mar. Por vezes, mesmo, cruzam-se no ar como que exclamações, a que mudanças bizarras de tom dão uma espécie de acento humano. O campo, aqui e ali,

¹ Études sur le combat, pag. 85.

ergue-se e torna a cair; apresenta-nos, dum extremo ao outro do horizonte, uma extraordinária tempestade de cousas...

«E sempre, na sua monotonia desenfreada, a rajada de fogo e de ferro continúa: as granadas com balas com a sua detonação sibilante, cheia duma alma metálica e furibunda, e as granadas de percursão com o seu trovão de locomotiva lançada a todo o vapor que se despedaça subitamente contra um muro e de carga de carris ou vigas de ferro que rolam por uma rampa. A atmosphéra acaba por estar opaca e espessa, atravessada por sopros pesados; e, em toda a volta, o massacre da terra prossegue, cada vez mais profundo, cada vez mais completo».¹

É no meio de tudo isso que o soldado há de viver, servir as suas armas, avançar; e há de ainda afrontar os gases tóxicos, os líquidos vesicantes, os lança-chamas, as metralhadoras, as bombas, que o vão procurar mesmo ao fundo das trincheiras e ao interior dos abrigos. Nem quando está á retaguarda, em reserva ou em descanso, o inimigo o deixa tranquilo, indo metralhá-lo ou bombardeá-lo com os seus aviões, de dia e de noute.

Para o marinheiro, também o perigo é incessante, mesmo quando nenhum inimigo se avista, porque o torpedo do submarino ou a mina atingem-no traiçoeiramente, onde e quando menos se espera.

Que podemos ter soldados e marinheiros dêsses, mostra-o de sobra a experiência da Grande Guerra; mas será muito arriscado esperar, como então, que a luta esteja travada, para os preparar e lhes dar armas, porque será talvez tarde de mais...

Para o oficial a tarefa é ainda mais difficil: instrutor e educador, durante a paz, tem que ser, na guerra, o chefe responsável pela vida dos seus subordinados e um exemplo, para êstes, no perigo e no sacrifício.

«Morre, mas salva os teus irmãos e se tiveres que sacrificá-los sê tu o primeiro», tal é a lei que deve guiá-lo.

E, no avanço, será o primeiro a sair da trincheira e a afrontar a barragem; na retirada o último a resistir para que

¹ Henri Barbusse — Le Feu, capitulo XIX.

os outros escapem; cercado, prestes a sucumbir, fará ainda, á sua artilharia, o sinal: atirem sobre mim.

E no navio ferido de morte, será o último a sair de bordo, ou deixar-se-á arrastar com êle para o abismo.

Ora êsse official é um homem como os demais, com nervos, com instinto de conservação, e com família, interesses, ambições.

Compreendem acaso os detratores do «militar profissional» a grandeza sublime da missão que o official tem a cumprir em tempo de guerra?

Sabem êles que, por exemplo, quando uma tropa é bombardeada e põe imediatamente as mascaras anti-gás, o dever impõe ao official que, passados alguns minutos, tire a sua, para verificar se os projecteis inimigos que rebentam em volta são ou não de gases, e que, se o forem, representará quasi inevitavelmente a sua morte?

E imaginam sequer o que é a sua existência em tempo de paz, em que não há limites de horas de trabalho nem feriados; em que o dia seguinte é sempre incerto; em que os direitos são poucos e os deveres muitos; em que a obediência é uma regra, a lialdade uma lei, a abnegação um principio; em que a amizade, como a antipatia, tem de ser excluídas de todos os actos; em que o mais ligeiro gesto, a mais insignificante palavra de revolta contra qualquer injustiça constituem crimes; em que a vontade, a cada instante, tem de ceder perante uma ordem superior, mas sem se enfraquecer para outros actos que a exijam nem mesmo para executar aquêle que a ordem impôs; em que, quasi sempre, o vencimento é insufficiente, mesmo para uma vida modesta e simples, e força a sacrificar algumas das horas indispensáveis de repouso, a renunciar a cousas úteis e até necessárias?...

Que temos bons officiais, viu-se em França, na África, no mar; mas uns vão exgotando a actividade numa luta estéril contra a rotina e a indiferença quasi geral, outros tratam de procurar novos campos em que exerçam a sua.

*

* * *

As nações, como os homens, desde que nascem, começam a caminhar para a morte; a sua existência é uma luta

quási constante, para a qual teem o dever de se preparar incessantemente.

Pode ser que chegue um dia em que a guerra desapareça do mundo e em que, entre os homens, deixe de haver ódios e rivalidades. Mas êsse dia vem ainda muito longe.

Portugal foi grande outrora, porque os homens que criaram a nossa nacionalidade e os que se lhes seguiram durante muitos séculos tinham um ideal—o engrandecimento da Pátria—e consagravam a melhor parte das suas energias á sua realização.

E fizeram do «condado portucalense» um estado independente e respeitado; e foram depois, «por mares nunca dantes navegados», dar «novos mundos ao mundo».

Hoje, nós os portuguezes, desperdiçamos as nossas fôrças em pugnas intestinas, fratricidas, sem objectivo patriótico, e contâmos com a «aliança inglesa» para nos defender contra as agressões externas.

Decadência? Agonia?

Talvez, mas agravada, apressada por êrros deploraveis dum passado não muito distante que se tem continuado, por uma orientação desgraçada, até ao presente.

Quando uma nação tem ambições de conquista, de expansão para além das fronteiras, de domínio sôbre outros povos, o exército de terra, o do mar, ou ambos, que se lhe apresentam como os mais seguros meios—senão os únicos—para realizar aquelas ambições, merecem-lhe todos os cuidados, todos os disvelos.

Quando as não tem, ao contrário, a necessidade de manter o organismo militar forte e perfeito deixa de lhe aparecer com a mesma nitidez.

Ao mesmo tempo e naturalmente, nesta, as lutas internas entre as facções, os partidos, as classes, assumem maior intensidade.

Dá-se então um fenómeno curioso.

A existência duma *fôrça* inactiva, cuja utilidade immediata se não impõe, começa a inquietar os políticos; todos a quereriam do seu lado, mas todos receiam que vá para o contrário, ou que pretenda impôr-se a uns e a outros; e todos acabam por concluir que ela é um perigo para os interesses que representam.

Aparecem então os conhecidos argumentos; improdutividade das despesas militares; prejuizos para a agricultura, para o comércio, para a indústria, da conservação nos quartéis duma parte importante da população válida do país; inconvenientes do militarismo; etc.

Desenvolvem-se as doutrinas da "guerra defensiva", do "serviço reduzido", dos "exércitos improvisados".

Dá-se como certa a intervenção dos aliados, mesmo sem os consultar.

E enfraquece-se o exército, deixa-se anemizar a armada...

Um dia, a guerra vem e varre todas essas utopias.

Mas se, ás vezes como que por milagre, o país escapa á morte, tiram-se daí novos argumentos para deixar tudo como dantes.

Não se disse já nos jornais que foram os exércitos improvisados que venceram na Grande Guerra, que só oficiais milicianos ficaram nas trincheiras da Flandres, que a batalha de 9 de abril de 1918 mostrou a nossa superioridade sobre os alemães?

*

* * *

A próxima guerra...

Quando se começará em Portugal a pensar nela?

Outubro de 1921.

L. J. CORDEIRO

Major de artilharia a pé

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Perdas dos oficiais alemães durante a guerra de 1914-1918. — Segundo as informações dadas pelo general von Altmann e publicadas no *Militär Wochenblatt*, de 9 de julho p. p., de 45.923 oficiais e «*fähnriche*» do exército activo, que entraram em campanha, morreram 11.357 oficiais e 1.256 *fähnriche*, ou sejam 24,7 % do efectivo total. Da reserva, entraram na guerra 226.130 oficiais, sendo mortos 35.493, ou sejam 15,7 %.

Dos diversos serviços, morreram:

Do serviço de saúde, 1.399 oficiais; do serviço veterinário, 172 oficiais; medicos e veterinarios auxiliares, 287; empregados de diversas categorias, 1.555. (*Revue d'Infanterie*).

Belgica

Nova peça de infantaria.—Como peça de acompanhamento da infantaria, e podendo substituir os morteiros, tem os belgas construído uma nova peça, cuja equipe é constituída por 4 homens, pertencentes á arma de infantaria.

Com um projectil de 36 kg. pode destruir um centro de resistência á distancia de 2.000^m.

Emprega ainda um projectil de 19 kg.

O seu tiro é de grande precisão, pois o desvio em alcance não excede 3^m, o que a torna recomendavel como peça de acompanhamento da infantaria. Montada numa pequena plataforma, pode realizar um giro completo no plano horizontal. Permitindo a redução de carga, executa o tiro curvo, e por isso substitue não só a peça de 37^m/m, mas também o morteiro de acompanhamento. Sendo a construção desta nova boca de fogo relativamente barata e de rápido fabrico, deve tornar-se de uma grande importância na guerra moderna.

Espanha

Admissão aos collegios militares de Burgos e Cordova.—Foi aberto concurso para admissão nos colégios militares de Burgos e Cordova, devendo ser admitidos 39 alunos no colégio de Burgos e 54 no de Cordova.

No colégio de Burgos poderão entrar 22 alunos provenientes do exercito com mais de 3 anos de serviço, e sendo as 17 vagas restantes concedidas aos cabos e sargentos com mais de 6 anos de serviço e 24 a 28 de idade.

Nas condições anteriores, devem entrar no colégio de Cordova respectivamente 27 alunos de cada um dos dois grupos.

Reorganização do Terço de estrangeiros.—Para aumentar o efectivo deste Terço publicaram-se as seguintes bases, reorganizando-o :

1.^a—Aos officiaes de infantaria, do quadro activo ou da reserva, e aos graduados inferiores e soldados é permitido alistarem-se no Terço de estrangeiros.

2.^a—Podem alistar-se os individuos espanhoes e estrangeiros pelo tempo que dure a campanha, recebendo desde logo um prémio de alistamento de 300 pesetas por uma só vez, podendo depois continuar no serviço até completar os 4 ou 5 anos, que é o tempo normal de serviço naquela unidade.

3.^a—O quadro de cada *bandeira* é aumentado com uma companhia de fuzileiros.

4.^a—Em cada *bandeira* as companhias de metralhadoras passam a ter 8 máquinas, sendo para isso aumentada cada companhia com 1 subalterno, 4 sargentos, 1 espingardeiro, 4 cabos, e 33 soldados e 17 mueres.

5.^a—As companhias de fuzileiros terão cada uma 8 espingardas-metralhadoras.

6.^a—Estas unidades receberão o pessoal, material e gado no mais curto prazo de tempo para terem completos os seus effectivos.

Academia de infantaria. Plano de estudos.—Em harmonia com a determinação da comissão de aperfeiçoamento da academia de infantaria, foram publicados os programas das materias a professar no proximo ano lectivo de 1921-1922.

1.º ANO

a) *Arte militar.*—Conferências sôbre principios orgânicos militares. Regulamento táctico. Ordenanças. Tática de metralhadoras. Organização militar. Serviço de guarnição, tratamentos e honras militares.

b) *Armamento.*—Espingarda Mauser espanhola, pistola Campo Giro, espingarda-metralhadora, metralhadora Hotchkiss e artificios de guerra.

Noções de fisica. Noções de balística, com curvas de 2.º grau (parábolas).

Elementos de química. Polvoras e explosivos. Estudo técnico da espingarda.

c) Exercícios de estilo e composição castelhana. Francês.

Exercícios práticos.—Instrução tática de tiro. Instrução de ginástica. Serviço de guarnição e de campanha.

2.º ANO

a) *Arte militar* (continuação).—Material de guerra e artilharia. Logística. Comunicações militares.

b) *Estudo do terreno.*—Planos cotados. Topografia. Geografia militar da Europa. Geografia militar de Espanha, Marrocos e possessões.

c) *Linguas* (à escolha).—Inglês, alemão ou arabe. Exercícios de composição e redacção em castelhano.

Exercícios práticos.—Desenho. Instrução de tiro de espingarda e metralhadoras. Equitação e esgrima. Comunicações.

3.º ANO

a) *Arte militar* (continuação).—Técnica do tiro colectivo e telemetria. Regulamentos de tiro. Tática das três armas. Tática geral. Fortificação. Regulamento tático (combate).

b) *Antropologia. História militar.*—Educação e instrução do soldado. História militar.

c) *Legislação.*—Escrituração, contabilidade e regime interno dos corpos. Direito político. Conferências de legislação. Código de justiça militar.

Exercícios práticos.—Comandos táticos. Instrução de ginástica. Direcção da secção (pelotão) no combate. Equitação e esgrima.

Créditos para a guerra de Marrocos.—Foi aberto um crédito de 112.637.850 pesetas, sendo:

7.072.800 para material de guerra; 7.500.000, para serviços de aeronáutica; 55.551.150, para serviços de artilharia; 19.285.700, para serviços de engenharia; 6.000.000, para serviços de acampamento; 7.228.200, para serviços de saúde militar; 10.000.000, para serviços de remonta.

Abreviação das academias militares.—Para fazer face á grande necessidade de subalternos, que faltam nas diferentes armas e serviços, em virtude das grandes exigências da guerra marroquina, foram reduzidos os cursos das academias.

Foi estabelecido um ciclo de 6 cursos de 8 meses cada um, dentro de um periodo de 4 anos, tendo começado o 1.º em setembro de 1921 e terminando o último em 10 de agosto de 1925, subordinado á seguinte distribuição:

1.º curso.—Do principio de setembro de 1921 até 10 de abril de 1922, sendo o concurso de admissão em 15 de fevereiro de 1922;

2.º curso.—De 1 de maio de 1922 até 10 de dezembro de 1922, tendo lugar o concurso de admissão em 15 de outubro de 1922;

3.º curso.—De 1 de janeiro de 1923 até 10 de agosto de 1923, sendo o concurso de admissão em 15 de junho de 1923;

4.º curso.—De 1 de setembro de 1923 até 10 de abril de 1924, e o concurso de entrada em 15 de fevereiro de 1924;

5.º curso.—De 1 de maio de 1924 a 10 de dezembro de 1924, e o concurso de admissão em 15 de outubro de 1924;

6.º curso.—De 1 de janeiro de 1925 até 10 de agosto de 1925, sendo o concurso de admissão em 15 de junho de 1925.

—Os cursos normais só começam em 1 de setembro de 1925. Cada curso será dividido em 2 periodos: o 1.º de 3 meses, e o 2.º de 5 meses.

Os exames do 1.º periodo teem lugar na 2.ª quinzena do terceiro mês, e os do 2.º periodo nos últimos dez dias do quarto mês e primeiros do quinto, ficando os 20 dias restantes para férias, antes do começo do curso seguinte.

—Os alunos que percam um curso, passam ao curso seguinte, sem terem direitos adquiridos de promoção.

—São suprimidas as férias e os dias feriados, que não sejam de preceito durante os cursos, de forma que o número de dias lectivos é um pouco menor do que nos cursos normais.

As materias dos programas aprovados pelas comissões de aperfeiçoamento das academias podem ser reduzidas, contanto que essa redução não exceda um terço das materias dos programas normais.

O concurso de temas militares.—Ao concurso, a que já tivemos ocasião de nos referir, se apresentaram diversos trabalhos, que o juri já classificou.

Ao tema de character geral «*Descrição geográfica militar de uma região de Espanha*» concorreram cinco trabalhos, sendo premiados 4; 2 com 1 000 pesetas cada um, e os outros 2 com 500 pesetas cada um.

Ao 2.º tema, que era «*Dada a necessidade de uma instrução e educação completa de todos os cidadãos com um menor tempo de permanência nas fileiras, reorganização que devem sofrer as escolas militares de instrução*», concorreram 10 trabalhos, sendo premiados 3, com 1.500 pesetas o primeiro classificado e a 750 cada um dos outros dois.

—Ao 3.º tema «*As instituições militares*» apresentaram-se 9 trabalhos, tendo sido premiados 3, dois dos quais com 750 pesetas cada um, e o outro com 1.500.

—Ao 4.º tema «*Missão política e tática das forças indígenas*» concorreram 5 trabalhos, sendo premiados 4, respectivamente com 1.250 pesetas, 750 e 500 os dois ultimos.

—O 5.º tema «*Nacionalização das industrias*» não teve concorrentes.

—O tema sobre «*Estado Maior*» teve 3 concorrentes, sendo premiado apenas um, com 3.000 pesetas.

—O tema relativo á «*Infantaria*» teve 10 concorrentes, mas apenas um foi premiado, com 3.000 pesetas e a impressão da obra.

—Ao tema de «*Cavalaria*» apresentaram-se dois trabalhos, sendo ambos premiados, um com 2.000 e o outro com 1.000 pesetas.

—Ao tema de «*artelharía*» houve 2 concorrentes, sendo um premiado com 3.000 pesetas e impressão da obra.

—Ao tema de «*engenharia*» houve três trabalhos, sendo um premiado, com 3.000 pesetas.

—Ao tema de «*Aeronáutica*» concorreram 5 trabalhos, sendo premiados 3, respectivamente com 1.500, 800 e 700 pesetas.

Dos 6 trabalhos apresentados sobre o tema da «*Intendência*», foi um só premiado, com 3.000 pesetas.

—Ao de «*Saúde militar*» apresentaram-se 9 trabalhos, sendo um premiado, com 3.000 pesetas.

Estados-Unidos

Alunos militares que terminaram os seus cursos.—Terminaram os seus cursos na Academia militar de West-Point 290 alunos, sendo destinados 143 para infantaria, 32 para cavalaria, 54 para artelharía de campanha, 43 para artelharía de costa, 15 para engenharia e 1 para os *exploradores*, das Filipinas, ficando 2 sem colocação.

—Para o novo ano escolar entraram na academia 600 aspirantes.

O regimento de engenharia.—Pela nova organização, o regimento de engenharia no tempo de paz tem 31 officiaes e 730 praças. O regimento é commandado por um coronel ou tenente-coronel. Tem 3 majores (sendo um, médico), 21 capitães ou 1.º tenentes (sendo 3 médicos e um capelão) e 6 2.ºs tenentes.

As praças são constituídas por 6 sargentos-ajudantes, 8 sargentos técnicos, 26 sargentos amanuenses, (sendo um de saúde), 7 1.ºs sargentos, 71 2.ºs

sargentos (sendo 3 de saúde), 78 cabos, 518 soldados e 16 voluntarios. Tem 77 cavalos de sela, 10 muares de sela, 166 muares de tiro e 16 de carga.

Como material dispõe de :

31 carros a 2 parelhas, 7 cozinhas rodadas a 2 parelhas, 7 carros de água a uma parelha, 2 auto-carros, 17 moto-viaturas, 15 bicicletas e 18 carros para o transporte de 1,1⁵. Como armamento, dispõe de 202 pistolas, 535 espingardas e 24 espingardas-metralhadoras (F. M.).

França

Diversas alterações na situação de alguns generais.—O general Nivelles, que dirigiu a ofensiva de 1917, não com os resultados que se esperava, acaba de ser retirado do «*Conselho Superior de Guerra*» e transferido para a secção de reserva. Contudo não lhe é aplicado o limite de idade, pelo facto de ter comandado um exército na presença do inimigo.

Em substituição do general Nivelles, passou a fazer parte do «*Conselho Superior*» o general Nollet, que actualmente exerce as funções de presidente da comissão inter-aliada, que se encontra em Berlim.

—O 1.º sub-chefe de Estado Maior, o general Gassouin, também deixou o cargo que desempenhava, passando á situação fóra do quadro, por isso que entrou para a direcção de uma grande companhia petrolifera, onde auferia mais lucros do que no exército. Foi substituído no Estado Maior pelo general Raguenaud.

O mesmo já tinha feito, ha alguns meses, outro sub-chefe, o general Duval, que também passou a fazer parte de uma companhia comercial. Como se vê, não são só os capitães e oficiais superiores que estão deixando o exército para irem exercer cargos civis lucrativos, mas são também os generais.

—Também o general Serrigny, deixou o seu cargo de sub-chefe do Estado Maior General para tomar a direcção superior dos trabalhos da *secção histórica*, continuando porém a ter a seu cargo a direcção superior das escolas e da instrução física.

Concurso de admissão á escola militar de Saint-Cyr para 1922.—Actualmente a escola especial militar de Saint-Cyr é destinada a formar oficiais para a infantaria metropolitana, para a infantaria colonial, para a cavalaria, para aeronáutica e para os carros de assalto. Figuram, pois, dois novos cursos, correspondendo a duas novas armas—*aeronáutica* e *carros de assalto*. Para o ano de 1922 o número de admissões é elevado a 350, podendo porém ser reduzido este número, se houver grande número de provas julgadas insufficientes.

—Para ser admitido ao concurso é preciso : 1.º ser francês ou naturalizado ; 2.º ter completado 18 anos, ou ter 22 anos incompletos em 31 de dezembro de 1922 ; 3.º ter, pelo menos, a 1.ª parte do bacharelato do ensino secundário ; 4.º apresentar um atestado do comandante de recrutamento, certificando ter a aptidão física para o serviço do exército nas mesmas condições exigidas para o alistamento voluntário.

—Os candidatos devem indicar o local onde desejam fazer o exame escrito ; a lingua estrangeira (alemão, inglês ou russo) que desejam seguir como obrigatória ; e as linguas estrangeiras complementares em que desejam fazer a composição, podendo escolher duas, com exclusão da escolhida já como obrigatória.

As linguas complementares facultativas para a composição são : o alemão, o inglês, o russo, o espanhol, o italiano, o arabe, as linguas eslavas e as linguas escandinavas.

Japão

Alterações na organização do exército.—Como consequência das lições da grande guerra, em que a organização das unidades sofreram várias alterações, no exército japonês foram suprimidas as brigadas de infantaria, ficando

as divisões só com 3 regimentos de infantaria; mas como estas unidades aumentaram consideravelmente de importância orgânica e tática, foi criado um comando especial para infantaria divisionária, para assim se simplificar a acção do comando da divisão.

Diversos

Exército tcheco-eslovaco.—O seu efectivo é de 150.000 homens, constituindo 12 divisões, cada uma com 2 brigadas de infantaria e uma brigada de artilharia e os serviços especiais e auxiliares. Tem ainda: 2 brigadas mixtas de montanha para operarem nas regiões montanhosas; 2 brigadas de artilharia pesada e 1 brigada de artilharia de reserva; e 10 batalhões de cobertura para a fronteira.

O territorio está dividido em 4 *regiões militares*, compreendendo 12 *circunscrições regionaes* de divisão.

O serviço é pessoal e obrigatório. A incorporação tem lugar aos 20 anos e a obrigação do serviço vai até aos 50 anos. A permanência nas fileiras é de 14 meses até 2 anos, conforme as armas e serviços.

A reorganização do exército foi confiada a uma *missão francesa*. Actualmente o chefe do E. M. general, 5 dos generaes de divisão, os directores das escolas e dos cursos de officiaes, são officiaes do exército francês.

A *infantaria* tem: 3.766 officiaes; 83.372 praças e 4.046 solípedes;
a *cavalaria* tem: 500 »; 12.000 » e 13.370 »;
a *artilharia* tem: 1.315 »; 22.500 » e 11.300 »;
as *tropas tecnicas*: 1.233 »; 19.507 » e 1.761 »;
com 650 aviões e 1.145 automoveis;
as *tropas auxiliares*: 1.086 officiaes; 4.026 praças; 57 solípedes.

Orçamento da guerra do Japão para 1921-22.—Este orçamento foi fixado em 657,850 milhões de francos, tendo havido um aumento de 99,4 milhões de francos em relação ao do ano anterior. O orçamento da marinha é superior a 1.259 milhões de francos. Desta forma as despesas com a força armada absorvem mais de metade do orçamento geral do estado.

O aço "Stainless".—A fabrica *Firth-Brearley Stainless Steel Syndicate*, de Sheffield, está fabricando um novo aço cromado com propriedades muito características, que o fazem differenciar das outras variedades de aços cromados.

O aço *Stainless* difficilmente é atacado pelos acidos, tornando-se inoxidavel quando esteja polido, resistindo á oxidação mesmo debaixo de agua. O acido nítrico puro ou diluido não tem acção sobre este aço, e o mesmo acontece aos acidos orgânicos (acético, cítrico, etc.); mas já é atacado pelo acido oxalico concentrado, pelo acido cítrico concentrado e pelo acido sulfúrico. Em virtude da sua grande dureza, não pode ser forjado á mão, tendo de ser martelado a altas temperaturas (800 a 1.209 graus).

Com estas propriedades, este aço tem grande applicação na cutelaria e em instrumentos cirurgicos, assim como em muitos artigos de uso militar (esporas, bainhas de espada, valvulas dos motores de explosão, canos de espingarda, etc.)

A analyse quimica do aço *Stainless* dá: carbono 0,410 %; manganesio 0,360 %; cromo 13,970 %; ferro 84,830 %; silicio 0,280; fósforo e enxofre, pequenos vestigios; perdas 0,150 %.

E' portanto, um aço em que entra o cromo em grande percentagem e tendo uma fraca percentagem de carbono.

Celuloses industriaes.—Antigamente era quasi exclusivamente empregada a cellulose do algodão para se obter diversos productos industriaes, como sejam a celuloide, a seda artificial, as películas fotograficas, as nitroceluloses, etc. A guerra mundial, tendo consumido grandes quantidades de algo-

dão, e elevando o preço dêste, e havendo mesmo dificuldades em obtê-lo, obrigou a experiências diversas para se obter a celulose sem ser do algodão. Em Espanha, as fabricas de pólvora de Granada e Murcia estão empregando já diversos vegetaes, e com grande vantagem, por isso que taes vegetaes, são abundantes na Peninsula.

O esparto dá uma excelente celulose, que tem sido utilizada no emprego da pólvora sem fumo; o mesmo succede com a palha do arroz; e outro tanto com o junco, que dá 30 % de celulose, sendo esta planta que abunda em toda a Peninsula, e de cuja celulose se tem obtido excelentes nitroceluloses e celuloide, assim como pasta para papel.

Uma outra planta abunda em Espanha; é o *albardin*, muito semelhante ao esparto, e que dá 35 a 40 % de celulose.

Seria de toda a conveniência que a nossa fabrica de pólvora sem fumo fizesse o estudo dêstes vegetaes, que existem também em Portugal e constituiriam uma verdadeira riqueza, especialmente se pudessemos obter a pasta de papel, que deixaríamos de importar do estrangeiro.

Utilização do vento como fonte de energia para produzir electricidade.

— Um engenheiro alemão, Mr. Mayersohn, apresentou á Escola Técnica Superior de Berlim um estudo sobre a utilização dos moinhos de vento como origem de energia, vindo substituir as quedas de agua, e com maior economia.

Segundo diz aquele engenheiro, há já na Holanda e na Dinamarca umas 477 instalações, e 415 na Alemanha, dando excelentes resultados.

Algumas accionam directamente oficinas ou aparelhos electricos, com ou sem acumuladores. Tem-se utilizado para a iluminação electrica e até como motores de tramvais. Tem-se empregado os antigos moinhos de velas de madeira, assim como grandes turbinas de vento americanas com 5 metros de diametro, e as turbinas alemãs, tipo Hercules, com 15^m e mais de diametro.

Em Ascow, no centro da Juntlandia, há um moinho, L. Tour, que trabalha há 23 anos sem ter sofrido qualquer desarranjo.

Em Portugal, onde existem ainda numerosos moinhos de vento, e muitos outros se podiam construir, era êste um assunto de grande interesse a estudar.

(*Memorial de Artilheria*).

Aeroplano amfibio. — Um aeroplano, novo modelo *Wickers Wicking*, ganhou o prémio de 10.000 libras esterlinas, que o governo inglês instituiu em 1920 — para o aeroplano que servisse ao mesmo tempo para fazer a *aterragem* em terra e no mar. Está provido de duas rodas para permitir a aterragem em terra, as quais se podem levantar sobre a linha de flutuação, quando se queira descer no mar.

Pode da mesma forma descer sôbre a coberta de um navio. Êste novo tipo de aeroplano foi já adoptado pelos governos inglês e francês.

V. C.

CRÓNICA MARITIMA

Conferência de Washington. — Em começos de Outubro, a Secretaria de Estado dos Estados Unidos da America publicava uma agenda para os trabalhos da Conferência de Washington, a qual, na parte referente á limitação dos armamentos incluia:

1. Limitações dos armamentos navais: (a) Bases, (b) Extensão e (c) Realização das limitações.

2. Regras para o contróllo dos novos meios de acção na guerra naval.

3. Limitações dos armamentos terrestres.

Iniciados os trabalhos, depois de uma longa discussão sobre os armamentos navais, ficou estabelecido um acôrdo entre os E. U. da America, a Gran Bretanha e o Japão, relativo à proporção das respectivas fôrças em navios capitais.

Segundo as propostas iniciais do Secretário de Estado Americano, M. Hughes, três meses depois de realizado o acôrdo, as armadas dos três Estados deviam ter a seguinte composição em navios capitais :

E. U. America, 18 unidades, com a totalidade de 500.650 toneladas.

G. Bretanha, 22 unidades, com a totalidade de 604.450 toneladas.

Japão, 10 unidades, com a totalidade de 299.700 toneladas.

Nenhuma unidade de primeira classe seria posta em estaleiro durante os primeiros dez anos, e nenhum dos navios considerados actualmente como de primeira linha poderia ser substituído antes de ter 20 anos de serviço. Nenhum navio a construir deveria exceder 35.000 toneladas.

A proporção de fôrças, que finalmente viria a ser atingida, era : 5 para os E. U. A., 5 para a G. Bretanha e 3 para o Japão ; mas o Estado, cuja tonelagem actual excedesse os limites prescritos (que, no caso, era a G. Bretanha) não era obrigado a condenar o excedente, antes que tivesse começado a substituição dos navios antiquados por outros novos.

No texto do acôrdo, realizado em Dezembro, foi aceita a proposta Hughes, na parte referente à proporção das fôrças : 5, 5 e 3.

Convencionou-se quanto às bases do Pacifico, incluindo Hong-Kong, que se manteria o *statu-quo*, não havendo nenhum aumento, quer de bases, quer das suas fortificações, mas não se applicando esta clausula às ilhas Sandwich, à Australia, à N. Zelandia, ou ás ilhas que constituem o Japão propriamente dito, nem, naturalmente, às costas dos E. U. A. e do Canadá.

Foi permitido ao Japão conservar o seu navio mais recente, *Mutsu*, em substituição do antigo, *Setsu*, como estabelecia a proposta americana, o que dá a esta potência a tonelagem de 313.000, com a vantagem de ficar de posse de dois navios de construção post-Jutlandia. O número total de 10 unidades manteve-se.

Para que a proporção relativa se mantivesse, foi consentido aos E. U. A. conservar dois couraçados em construção, o *Colorado* e o *Washington*, em substituição dos dois antiquados, *N. Dakota* e *Delaware*, ficando aos E. U. A. a tonelagem de 525.850, em 18 unidades.

Igualmente à G. Bretanha, que não possui senão o *Hood*, construído post-Jutlandia, e êsse mesmo apenas em parte, foi consentido construir dois novos navios, não excedendo 35.000 toneladas cada um, devendo, porém, a G. Bretanha, logo que estes entrem em serviço, desfazer-se de 4 unidades da classe *K. George V*, reduzindo-se assim de 22 a 20 o número de unidades, com a tonelagem total de 582.050.

A' G. Bretanha fica uma superioridade de 56.200 toneladas sobre os E. U. A., o que a Conferência julgou equitativo, em vista da idade dos navios ingleses das classes *R. Sovereign* e *Q. Elizabeth*.

O máximo da tonelagem das unidades de combate, para os efeitos de substituição, é fixado como segue : E. U. A., 525.000 ; G. Bretanha, 525.000 ; Japão, 315.000.

Os E. U. A. devem abandonar 30 dos seus navios, sendo 13 dos que estão em construção e 17 dos navios mais antigos, na totalidade de 826.540 toneladas. A G. Bretanha deverá condenar 23 unidades, compreendendo os 4 do tipo *Hood*, já em construção, com a totalidade de 605.975 toneladas. A tonelagem dos navios japoneses condenados pelo acôrdo é de 435.328. Serão ao todo condenadas 68 grandes unidades, com a tonelagem de 1.861.643.

Foi aprovada a proposta americana para a suspensão por dez anos da construção de navios de primeira classe, apenas com as excepções acima referidas.

Finalmente, êste acôrdo entre os três Estados, no que diz respeito ao

número de navios a conservar e a condenar, ficou dependente de outro acôrdo a realizar com a França e a Italia, relativo ás suas unidades de primeira classe, acôrdo que estava em negociações, parecendo certo que ambos estes Estados aceitam a proporção de 1,75, comparada com as de 5,5 e 3 para os outros três Estados.

A questão do número e tonelagem dos restantes tipos de navios, como cruzadores, porta-aéreos, destroyers, submarinos, etc., que devem ser atribuídos ás várias potências, continua em estudo. O alvitre inglês, para que o submarino fôsse inteiramente abandonado, não teve aceitação. A França, em particular, considera o submarino como uma arma essencial de defesa, e a maioria das pequenas potências navais é também favorável à sua conservação.

Portugal

Reorganização do Ministério da Marinha. — Por decreto de 29 de Novembro de 1921 foi reorganizado o Ministério da Marinha, criando-se um Conselho General da Armada, ao qual incumbe a direcção superior dos serviços do ministério, presidido pelo Ministro, e composto de officiaes generaes seguintes :

Major General da Armada, Chefe do Estado Maior da Armada, Comandante Superior das Escolas de Marinha, Superintendente dos Serviços Fabrís, Provedor da Armada e Intendente de Marinha.

Cada um dêstes officiaes é o chefe de uma divisão autónoma do ministério, despachando directamente com o Ministro.

No mesmo decreto incluem-se algumas disposições novas, referentes aos officiaes da armada, e entre elas a que cria um quadro de reserva, ao qual passam todos os officiaes que contem mais de dez annos seguidos, ou de doze interpolados, fóra do serviço do Ministério da Marinha, ou ainda em comissão especial no próprio ministério.

Espanha

A lei das construções novas. — O Congresso discutiu recentemente um projecto de lei prorrogando a validade da lei de construções novas de 1915, cuja vigência devia terminar em 31 de Dezembro último.

Segundo a *Revista General de Marina*, a composição que terá a Armada Espanhola, uma vez terminado o programa de 1915, é a seguinte: Três couraçados, quatro cruzadores rápidos modernos, quatro cruzadores protegidos (antigos), doze canhoneiras (entre primeira e segunda classe), seis destroyers modernos, seis destroyers (antigos), vinte e dois torpedeiros, vinte e oito submarinos, um porta-aviões, um navio hospital, além de um material adequado de minas e de aviação—assunto êste em que se emprega grande actividade—e de navios auxiliares, como três escolas de vela, guarda-costas de menor porte, etc., etc.

Um pequeno cruzador, em construção no Ferrol, terá o nome de *Almirante Cervera*.

França

Viagem de estudo para defesa das costas.—O marechal Pétain e o almirante Lacaze, êste último vice-presidente do Conselho Superior de Marinha, fizeram juntos recentemente uma viagem de inspecção às costas do Mediterraneo, como já antes o tinham feito às costas do Atlântico. Pretende-se assim estabelecer uma ligação mais estreita entre os Ministérios da Marinha e da Guerra, e constituir uma comissão comum aos dois ministérios, encarregada de estudar os problemas referentes à defesa das costas.

Não deixaremos de salientar a importância que em todas as nações se está dando à aproximação dos dois serviços, com o objecto de criar pontos

de vista comuns em problemas que a ambos interessam, como a única forma de poder dar-lhes soluções satisfatórias e por ambos aceitas.

O novo programa naval. — O programa apresentado pelo Ministro da Marinha, M. Guist'hau, compreende as seguintes unidades :

6 cruzadores ligeiros, de 9.075 toneladas,
12 exploradores, de 2.170 toneladas,
24 destroyers, de 1.475 toneladas,
36 submarinos, sendo alguns de 1.100 toneladas, outros de 600, e ainda outros lança-minas.

Segundo o seu relator no Senado, este programa teria os seguintes objectos principais :

- a) Dar à Marinha Francesa, em todos os tempos e em todos os lugares, um decidida superioridade sobre a Marinha Alemã.
- b) Dar-lhe no Mediterrâneo a supremacia necessária para salvaguardar os interesses franceses no Norte de Africa e no Levante.

Gran Bretanha

As bases navais inglesas na Irlanda. — Um anexo ao acôrdo anglo-irlandês precisa os pontos seguintes: Os portos e a defesa de Berehaven, Queenstown, Belfast Lough, Lough Swilly, continuam na dependência do Almirantado. O Estado Irlandês compromete-se a assegurar todas as facilidades ao serviço da aviação costeira, na vizinhança destes portos. Emfim, os depósitos de Haulbowline e de Rathmullen deverão conter um abastecimento mínimo de óleos para os navios ingleses.

Holanda

Programa naval. — O novo programa naval holandês compreende 32 submarinos, 4 lança-minas, 72 aviões de reconhecimento, 18 de bombardeamento e 18 de combate, todos destinados ao serviço das Índias.

Nos meios ingleses ha uma certa preocupação relativamente ao agrupamento destas forças em face de Singapura, vendo-se nisto uma alteração sensível à situação do Extremo Oriente.

Italia

Instituto de Guerra Marítima. — No mês de Janeiro começa a funcionar em Livorno, na dependência directa do Chefe do Estado Maior da Marinha, o Instituto de Guerra Marítima, destinado a «fornecer aos officiaes que tenham já iniciado o comando naval, o modo de reverem a sua própria experiência prática, no que se refere à preparação e condução da guerra, tendo a estabelecer uma certa unidade de critério no modo de tratar as questões militares marítimas, e a determinar entre os officiaes uma comunhão de vistas que represente o resultado de um trabalho colectivo, consistindo essencialmente no estudo dos casos concretos.»

O método de estudo é o applicativo, convenientemente integrado por cursos de conferências. São característicos do Instituto :

- a) A feição prática, excluindo toda a abstracção teórica.
- b) A colaboração, limitando a função directiva a quanto seja indispensavel para seguir uma via lógica e sistemática, e fazendo o mais largo uso da discussão.
- c) Caracter de centro intelectual, visando a desenvolver entre os officiaes da Marinha o interesse pelos problemas militares marítimos.